



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO DE SOCIOLOGIA**



**LUIGE COSTA CARVALHO DE OLIVEIRA**

**AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013:  
POLÍTICA E TRADIÇÃO CONCILIATÓRIA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**

São Cristóvão – SE

2014

**LUIGE COSTA CARVALHO DE OLIVEIRA**

**AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013:  
POLÍTICA E TRADIÇÃO CONCILIATÓRIA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia Política

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Elias Magno da Silva

São Cristóvão – SE

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Luige Costa Carvalho de.  
O48m As manifestações de junho de 2013: política e tradição  
conciliatória no Brasil contemporâneo / Luige Costa Carvalho de  
Oliveira; orientadora Tânia Elias Magno da Silva . – São Cristóvão,  
2014.  
90 f.: il.

Dissertação (mestrado em Sociologia)– Universidade Federal  
de Sergipe, 2014.

1. Movimentos sociais. 2. Contra-reforma. 3. Democracia. 4.  
Neoliberalismo. 5. Participação social. 6. Ciência política. I. Silva,  
Tânia Elias Magno da, orient. II. Título.

CDU 316:32

## EXAME DE DISSERTAÇÃO

OLIVEIRA, Luige Costa Carvalho de. As manifestações de junho de 2013: Política e Tradição Conciliatória no Brasil Contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

### BANCA EXAMINADORA:

*Tania Elias Magno da Silva*

*Pericles Moraes de Andrade Junior*

*José Milton Pinheiro de Souza*

Examinada a dissertação em: *15 de setembro de 2014.*

Resultado/ Avaliação: *Aprovado – Conceito B.*

À minha avó Alice, que acaba de nos deixar.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento coletivo é sempre uma forma de tentar demonstrar o quão importantes determinadas pessoas são em nosso caminhar. Aos familiares, sobretudo minha mãe, exemplo de solidariedade e amor, que a cada tropeço que tive nesta jornada, me deu a honra de sempre contar com sua solidariedade. Seu filho mudou aquele que parecia o destino para uma vida sem qualquer tipo de expectativa. Minha dívida será eterna. Sem o seu total apoio não conseguiria reunir forças para voltar a estudar. Ao meu pai e meus irmãos, agradeço pela convivência, às vezes mais próximo, outras vezes nem tanto. O amor que carrego por vocês sempre me trouxe belos sorrisos.

Um agradecimento em forma de lembranças de minha avó materna, Dona Ruth Costa Carvalho. Levo você no coração e nas lembranças para toda uma vida, exemplo de solidariedade, de superação, de amor pelos netos. Minhas lágrimas e sorrisos carregam suas lembranças e milhares de histórias. Todas as vezes que me perguntei o que significava o sentido mais pleno da palavra amor, era a eterna vovó Ruth que vinha à mente.

Também não posso me furtar de agradecer à minha orientadora, Tânia Magno, com quem tenho aprendido o suficiente para ter a certeza de que a estrada é longa. Dois momentos especiais guardo da senhora: o primeiro, referente aos nossos primeiros contatos, quando se colocou à total disposição para abraçar este projeto; o segundo momento foi mais recente, quando estava passando por fortes abalos emocionais, e contei com palavras de conforto suas, imprescindíveis para me manter de pé naquela ocasião. Guardo com a senhora uma relação de aprendizado, conflitos fraternos ou duros, mas, sobretudo, guardo comigo a certeza de que tudo valeu muito a pena. Muito obrigado pelo respeito e confiança, obrigado pelo papel que desempenhou neste processo de aprendizado e maturidade acadêmica que venho construindo, contribuindo e respeitando a minha trajetória e crescimento intelectual, baseado sempre em um permanente exercício de construção autônoma.

Vai também um agradecimento ao cara que mais me incentivou nos estudos acadêmicos, meu irmão de vida, militância, mentor intelectual, amigo analista, conselheiro, parceiro de estudos no grupo Crítica, parceiro nas diversas peladas ao longo desses anos, nas resenhas das idas de bicicleta para jogar futebol na orla, no babinha da terça e da quarta, nas resenhas com as madrugadas jogando ps3 etc. Leomir Hilário, falar de você vai ser sempre muito especial para mim, irmão. Seguiremos firmes, com a certeza de que o tempo só vai fortalecer esta amizade. Quando me lembro dos relatos da amizade de Carlos Nelson Coutinho, José Paulo

Neto e Leandro Konder, penso logo em mim, você e Ewerthon, pelo cuidado, carinho e amizade que nutrimos um pelo outro. Dando prosseguimento a este fio condutor, deixo meu abraço mais que fraterno para você Ewerthon. As palavras que destino a Leomir se expandem para você, meu irmão. São várias histórias e parcerias de reggae, surf, viagens etc. Guardo de você, Tati e Lipe recordações para toda uma vida, recordações de momentos de sorrisos e lágrimas, de vitórias, conquistas, mas também do ombro amigo nos momentos mais traumáticos. Levem meu abraço fraterno e que possamos continuar com as diversas parcerias.

Existe um quarteto de professores marxistas que sempre foi muito especial em minha formação, não podendo, portanto, deixar de mencioná-los neste momento. Professor Caio Amado, intelectual de uma envergadura como poucos na academia, meus primeiros passos dentro das Ciências Sociais foram especiais também graças a você. Professor Romero Venâncio, quem primeiro me apresentou o sentido de uma Universidade e da militância para aqueles que não podem se acomodar. Professora Sônia Meire, pelo carinho, palavras de aconchego, solidariedade com os problemas da vida particular, incentivos acadêmicos e os diversos convites de trabalho e militância. E se a minha formação passa pelo trabalho com a educação do campo, significa que a senhora foi a responsável pela minha apreensão sobre o que é ser professor e qual o seu papel dentro da sociedade. Professora Alexandrina, falar da senhora é sempre tratar com emoção e lágrimas de agradecimento. Eu sou todo gridão pelo carinho, respeito e fraternidade com que sempre me tratou. Tenho imenso respeito e admiração pela senhora, por isso, podemos divergir, mas nunca deixar de ouvir um ao outro, como preza uma bela amizade.

Gostaria de agradecer ao conjunto da militância comunista de Aracaju, amigos e camaradas frateros de longas datas e nem tão longas assim. Ainda chegará o dia em que aprenderemos o sentido de uma unidade fraterna e combativa. Sei que muitos não compreendem o meu necessário afastamento para me dedicar a outra trincheira, mas a vocês e aos que sempre estiveram ali ao lado – provocando, fazendo convites, convencendo, conversando, pensando etc. – segue o meu firme e solidário agradecimento.

Uma saudação mais que especial a todos os meus amigos e amigas, aos amores que passaram, a exemplo de minha ex-namorada Sharlene, grande mulher com quem tive a honra de conviver e aprender muito. Ainda deixo um abraço especial para uma camarada anarquista, amiga, que sempre esteve por perto. Aline Passos, sem palavras para agradecer a sua ajuda nesta reta final.

Infelizmente, não é possível mencionar, nome a nome, todos aqueles a quem gostaria de agradecer, pela importância nesse caminhar, muitas vezes por trilhos solitários e dolorosos, mas que são necessários no processo de formação. A todos os amigos que convivem comigo, nos estudos, nos trabalhos, em sala de aula, nos momentos de descontração no Maori, nas meditações do Deeksha, nas longas conversas... Alessandra, Karol, Igor ortodoxo, Claudinha, Igor e Adão, Gustavo, Bruna, Ruas, Mariana, Van, Priscilla e Rafa, Tati, Alice, Jack, Rebecca e sua voz encantadora e outros. Sem os amigos e meu lindo sobrinho, eu não teria este sorriso, podem ter certeza!

Deixo um agradecimento ao pensamento crítico, a toda sua grandeza e firmeza. É nele que encontramos nosso porto seguro, nossa estabilidade profissional, nossas ferramentas de trabalho, e será através dele que continuaremos firmes, serenos, abertos e prontos para encarar os próximos passos.

Para finalizar, deixo um agradecimento em forma de menção simbólica a todos os professores de Ciências Sociais que fizeram de suas vidas uma permanente luta em defesa da Sociologia na Educação Básica. Hoje, faço parte desta geração de professores que fazem da sala de aula um permanente espaço de construção sociológica a partir do desenvolvimento da Imaginação Sociológica. Acreditamos que temos o dever de contribuir com a Sociologia no Ensino Médio, de formar uma juventude a partir do exercício sociológico, usando do diálogo para desconstruir e construir saberes, usando da criatividade para tornar a Sociologia um saber atraente para essa juventude e assim conquistando novos apaixonados por esta área dispostos a defender o seu papel perante a escola.



## RESUMO

O presente trabalho analisa as manifestações de junho de 2013 e as relações estabelecidas entre os mecanismos históricos que dão funcionalidade à ideia de pacto conciliatório enquanto raízes que fundamentam a estrutura política brasileira ao longo da nossa história. Para tanto, buscamos analisar três momentos de nossa história recente à luz de algumas categorias marxistas que nos possibilitam uma linha de diálogo entre esses momentos, sem perder como norte o fio condutor da tradição conciliatória na política brasileira contemporânea e o significado das manifestações de junho de 2013 enquanto negação destes arranjos “pelo alto” que marcam a política brasileira. Traçamos essa linha a partir da transição democrática nos anos 1980 e de como esta foi operada “pelo alto” na chave da tradição conciliatória; num segundo momento, nos remontamos aos anos 1990, à inserção das políticas neoliberais no Brasil e a como, a partir do desmonte do Estado, cria-se fortes resultados na dinâmica de se operar a política brasileira, aprofundando o quadro de ampla dominação econômica e esvaziamento da política baseada nos conflitos de classe e suas interlocuções na institucionalidade, inferindo um horizonte de regressão social. Desloca-se a categoria gramsciana de “revolução passiva” para a de “contrarreforma”, como reflexão de melhor compreensão do significado da hegemonia neoliberal no Brasil e suas singularidades no espaço da política conciliatória. Finalizamos parcialmente os trabalhos com uma tentativa de síntese do tempo atual à luz das manifestações de junho de 2013 e da permanência da tradição conciliatória na política brasileira, trazendo as contribuições das categorias de “hegemonia às avessas” e “hegemonia da pequena política”, bem como uma tentativa interpretativa das manifestações de junho de 2013, enquanto negação da estrutura política brasileira e da sua tradição conciliatória.

Palavras-chave: Pacto Conciliatório. Política. Dissenso. Revolução Passiva. Contrarreforma. Hegemonia às Avessas. Pequena Política.

## **ABSTRACT**

The present work analyses the manifestations of June 2013 and the established relations amongst the historical mechanisms that give functionality to the idea of conciliatory pact as roots that ground Brazilian political structure along our history. In order to do so, we engaged on the analysis of three moments of our recent history under the light of some Marxist categories which provide us with a stream of dialogue between these moments, keeping as a steady reference, the conducting wire of the conciliatory tradition in Brazilian contemporary politics and the meaning contained in June 2013 manifestations as denials that come “from above” (upper social classes) of these arrangements that have marked Brazilian politics. We started tracing a line from the democratic transition in the 1980s and how it was articulated “from above” through the perspective of the conciliatory tradition; in a second moment, we moved forward to the 1990s, to the inception of neoliberal politics in Brazil and how, after the dismantling of the State, strong results were generated in the political operating dynamics in Brazil, deepening a state of economical domination and political emptying based on social class conflicts and its interlocutions in the institutions, revealing a horizon of social regression. The Gramscian nature of the passive revolution is dislocated to the condition of counter-reformation, as a more understandable account on the meaning of neoliberal hegemony in Brazil and its singularities in the field of conciliatory politics. We partially finalized the works by attempting to summarize of today’s moment focusing on the manifestation of June 2013 and on the permanence of conciliatory politics in Brazilian politics, bringing up the contributions from the categories of this so called “upside down” hegemony and small politics hegemony, as much as attempting to interpret the manifestations in June 2013 as a rejection of Brazilian political structure and its conciliatory tradition.

**Keywords:** Conciliatory pact. Politics. Dissent. Passive Revolution. Counter-reformation. Upside down hegemony. Small politics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arquivo pré-fundacional do Partido dos Trabalhadores.....	27
Figura 2 – Os intelectuais e a fundação do PT.....	31
Figura 3 – Manifestações no Brasil <sup>1</sup> : Hospitais e escolas padrão Fifa viram tema de protesto.....	33
Figura 4 – Manifestações no Brasil: Transporte padrão Fifa vira tema de protesto...	33

Quadro 1 – Partidos Políticos Brasileiros legalizados através da Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.....	22
Quadro 2 – Partidos Políticos Brasileiros legalizados através da Emenda nº 25 de 30 de maio de 1985.....	23
Quadro 3 – Eleições 2006 e suas coligações.....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados de privatizações de estatais no Brasil.....	52
Tabela 2	Câmara Estadual de Sergipe / 2002 / dados TSE.....	69
Tabela 3	Câmara Estadual de Sergipe / 2006 / dados TSE.....	70
Tabela 4	Câmara Estadual de Sergipe / 2010 / dados TSE.....	70
Tabela 5	Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2002 para a Câmara Estadual de Sergipe.....	72
Tabela 6	Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2006 para a Câmara Estadual de Sergipe.....	72
Tabela 7	Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2010 para a Câmara Estadual de Sergipe.....	73

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
MDB	Movimento Democrático Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PRB	Partido Renovador Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTR	Partido Trabalhista Renovador
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PÓS-DITADURA BURGO-MILITAR DE 1964 .....</b>	<b>17</b>
1.1 OS SENTIDOS DA POLÍTICA E A <i>REVOLUÇÃO PASSIVA</i> NO BRASIL .....	17
1.2 A TRANSIÇÃO NEGOCIADA OU O AVESSO DA RUPTURA .....	21
1.3 UM SOPRO DE DISSENSO: ASCENSO DA <i>SOCIEDADE CIVIL</i> BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO PT .....	25
1.4 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO.....	31
1.5 AS MANIFESTAÇÕES E AS RAÍZES DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA ...	36
1.6 AS MANIFESTAÇÕES E A IMPOSSIBILIDADE POLÍTICA .....	39
<b>CAPÍTULO 2 – NEOLIBERALISMO E O “DESMANCHE” DO BRASIL .....</b>	<b>42</b>
2.1 O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO .....	42
2.2 A CRISE E ALGUNS APONTAMENTOS .....	45
2.3 O NEOLIBERALISMO E O BRASIL.....	47
2.4 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL ENQUANTO “CONTRARREFORMA” ....	50
2.5 O SENTIDO REGRESSIVO DO NEOLIBERALISMO: DEMOCRACIA E POLÍTICA ÀS AVESSAS .....	54
<b>CAPÍTULO 3 – AS RAÍZES QUE PERMANECEM: BREVE ENSAIO SOBRE A POLÍTICA CONCILIATÓRIA .....</b>	<b>59</b>
3.1 TRADIÇÃO E CONCILIAÇÃO .....	60
3.2 MUDANÇA OU CONCILIAÇÃO? EXPERIÊNCIA EMPÍRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA PREFEITURA DE ARACAJU .....	61
3.3 AS DOAÇÕES DE CAMPANHAS ELEITORAIS EM SERGIPE: EXEMPLO DA DOMINAÇÃO ECONÔMICA ENQUANTO ESTRUTURA DA POLÍTICA .....	67
3.4 QUAL POLÍTICA? .....	74
3.5 TEMPOS DE AVESSO .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

*“Uma ciência do social que se imunize contra a sociedade tem tudo para tornar-se academicamente respeitável e... irrelevante” (Francisco de Oliveira).*

As análises que buscam compreender os processos correspondentes às manifestações de massa que tomaram o Brasil em junho de 2013 ainda fazem parte de iniciais reflexões acadêmicas sobre o seu caráter, seus antecedentes, e as mais abalizadas possibilidades analíticas que colocam distintas questões no centro das discussões. O nosso interesse inicial é buscar dissertar sobre uma possibilidade interpretativa à luz de fatores que vão além das pautas e bandeiras em torno das manifestações que ocorreram no Brasil durante o período citado.

O interesse é compreender as manifestações de junho de 2013 para além do que elas demonstram ser num primeiro momento, e onde se encontram as raízes destas movimentações de massa que se desenvolveram por todo o país. É diante deste fenômeno recente que nos colocamos na proposição de fazer uma análise, à luz da história recente da política brasileira e da sua centralidade na tradição dos pactos conciliatórios.

O interesse, contudo, não é formular uma nova conceituação dessas manifestações, mas sim tentar compreender o seu possível enquadramento enquanto resultado de um processo histórico que se fundou no período da “transição democrática”, estruturada pelos setores que faziam parte ou davam suporte à ditadura de 1964 no Brasil. Aqui se assinala, portanto, mais um capítulo da inserção da tradição política brasileira forjada pelos pactos conciliatórios que cumprem o papel de blindar as estruturas políticas de qualquer tipo de protagonismo popular.

Significa dizer que se tem, no Brasil, a consolidação de uma tradição política na qual os “donos do poder” criam mecanismos através dos quais, por um lado, impossibilitam a “sociedade civil”<sup>1</sup> de participar e criar espaços de ampliação e aprofundamento da democracia; e por outro, estabelecem regras de um jogo que neutraliza qualquer tipo de oposição radicalizada que lhes possa fazer frente.

Mesmo havendo um aprofundamento das pressões populares no início dos anos 1980, não foi possível a estas mobilizações romper com a hegemonia burguesa e derrotar – via ruptura e estabelecimento de uma democracia de base popular – a ditadura de 1964 e suas frações da burguesia

---

<sup>1</sup> Tomo o conceito gramsciano de “sociedade civil”, segundo o qual significa uma arena de disputa entre forças antagônicas em sua densidade política que privilegia os embates das lutas de classes em busca de hegemonia. Ou seja, sociedade civil enquanto esfera de uma totalidade viva, em movimento de embates, com seus antagonismos que envolvem espaços de disputa de ideias e consciência, visões de mundo e projetos distintos de sociedade que lutam por hegemonia.

que ganhavam força durante o período da transição para uma democracia formal (ROIO, 2014. p. 10-11).

Este cenário de consolidação de uma tradição política conservadora e conciliatória, com seus arranjos “pelo alto”, avessa à participação popular e processos de ruptura, leva as frações de classe da burguesia a se conciliarem durante momentos de crise com possibilidades radicais de mudanças. Isso foi feito, por exemplo, ao longo dos últimos 22 anos – tempo em que o Brasil teve seu último grande movimento de massas, o chamado “Fora Collor”<sup>2</sup> –, com a criação de alguns mecanismos e mitos que foram forjados enquanto estruturação de um poder que impossibilitava ser questionado (NOBRE, 2013).

Com o *impeachment* de Collor<sup>3</sup>, era preciso criar mecanismos que conferissem certa estabilidade e segurança às estruturas políticas do Brasil que entraram em revulsão. É nesse período, com a inserção da agenda política do neoliberalismo, que se cria o mito da supermaioria, ou seja, um governante para governar necessitava não apenas de uma maioria, mas sim de uma supermaioria, enquanto única possibilidade aceitável para governança. Ou seja, um mecanismo que fortalece a tradição conciliatória na política brasileira e cria um imobilismo, tornando quase nulos os espaços para o crescimento de projetos de sociedade radicalmente opostos que disputam os rumos da sociedade. Essa seria uma das heranças da mediação que a ditadura exerceu durante a transição democrática, na qual o sistema político se blinda ante qualquer possibilidade de grandes polarizações públicas (NOBRE, 2013).

Neste sentido, não seriam as revoltas de junho uma negação inconsciente desta estrutura política brasileira que impossibilita a sociedade civil de participar de forma ativa dos canais de decisão? As rejeições iniciais às bandeiras de organizações sindicais e partidárias, governamentais ou não<sup>4</sup>, são um exemplo desta aversão às formas institucionais de representatividade. Parecem, inicialmente, uma expressão de sujeitos que já não se seduzem pelo caráter da representatividade institucional e que, ao se sentirem fora do jogo, rejeitam estas estruturas tradicionais que são vistas como integrantes de um mecanismo que não lhes garante participação ativa.

---

<sup>2</sup> Movimento que tomou as ruas das cidades brasileiras com o objetivo de pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, envolvido em diversos escândalos de corrupção e esquemas de ilicitude em seu curto governo.

<sup>3</sup> Fernando Affonso Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil em 1989, tendo renunciado ao cargo em 1992, em razão da grande campanha de massas que pedia o seu *impeachment*, surgido após ampla divulgação nos meios de comunicação dos esquemas de corrupção oriundos do seu governo.

<sup>4</sup> Um bom exemplo era o caráter plural dessas manifestações e as batalhas ideológicas em torno da defesa das bandeiras ou não, o que reforça o caráter de pluralidade nesta retomada do protagonismo da sociedade civil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298841-movimento-passe-livre-repudia-violencia-contra-partidos-politicos.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2013



Existiria, assim, uma clara rejeição inconsciente à tradição conciliatória no Brasil? Por esta chave de reflexão, não seria meramente oposição ou situação que estariam sendo postas em cheque, mas o próprio sistema político e a sua funcionalidade, ou seja, os mecanismos de criação de pactos conciliatórios que buscam blindar a estrutura política da sociedade civil.

É a partir destes apontamentos a serem problematizados e analisados, que se busca maior atenção aos pontos de interlocuções referentes às variáveis do processo de pacto conciliatório no Brasil enquanto possibilidade de análises na tentativa de compreender as contradições atuais do cenário político brasileiro. Neste sentido, nos valem de três momentos da política brasileira contemporânea, a fim de melhor desvendar as raízes atuais deste complexo processo que poderia apontar para um novo período na política brasileira.

O trabalho dissertativo coloca-se, portanto, enquanto resultado de inquietações preliminares provenientes de estranhamentos referentes ao nosso cotidiano, no que diz respeito ao espaço da política em tempos marcados por: 1) duas décadas de neoliberalismo em nosso país que têm significado, nas palavras de Roberto Schwarz (In: OLIVEIRA, 2003), uma era de “desmanche”, e caracterizadas por Carlos Nelson Coutinho como um período de “contrarreformas”, que seriam o desmonte, ou desconstruções dos direitos sociais já conquistados<sup>5</sup>; 2) a chegada do Partido dos Trabalhadores à esfera mais alta dos espaços institucionais da política e seu “transformismo”<sup>6</sup>, ou seja, as ressignificações marcadas pelo abandono de uma perspectiva de atuação – rejeição aos pactos conciliatórios em sua constituição nos anos 80 – que lhe foi característica, durante a criação de uma imagem constituída como parte de um polo de oposição radical e democrático; 3) Revoltas populares em nível global como resultado da impossibilidade do capitalismo gerir sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2010; 2011).

É dentro desse cenário que se busca construir os percursos analíticos a fim de dissertar sobre algumas possibilidades interpretativas acerca dos pactos conciliatórios no Brasil contemporâneo, como única possibilidade de governar um país por dentro de uma estrutura criada e mantida para se reproduzir sem grandes abalos.

---

<sup>5</sup> Tomamos as leituras de contrarreformas trabalhadas por Carlos Nelson Coutinho (2006; 2008) em suas abordagens sobre o neoliberalismo no Brasil, caracterizado por uma ofensiva burguesa com vias ao desmanche dos direitos sociais assegurados pela constituição de 1988, além do Estado enquanto operador das bases da acumulação capitalista.

<sup>6</sup> Conceito gramsciano empregado por Carlos Nelson Coutinho (2006; 2008) para explicar a adesão do Partido dos Trabalhadores ao projeto neoliberal, no qual o autor busca problematizar o porquê de não estarmos vivenciando mais um processo de “revolução passiva” na política brasileira, mas sim um período de contrarreformas que se inicia com o governo Collor, se caracteriza a partir do governo FHC e prossegue com o governo Lula. Estes últimos, caracterizados a partir da noção de transformismo.

Para tanto, a estrutura do trabalho foi dividida em três momentos. No primeiro, retomase o período da transição democrática pós-ditadura de 1964 e toda a conjuntura em torno desse período, como mecanismos pelos quais se estabelecem as raízes contemporâneas do pacto conciliatório; a retomada da sociedade civil enquanto expressão das inquietações sociais; e o surgimento do Partido dos Trabalhadores enquanto negação a esta lógica conciliatória. Aqui se faz a intermediação entre as manifestações de junho de 2013 e uma nova retomada da arena pública enquanto expressão das inquietações sociais ante uma estrutura montada para blindar a política das possibilidades de ruptura.

No segundo momento, as inflexões argumentativas vão valer-se do período das políticas neoliberais no Brasil e de como elas virão a incidir num novo arranjo das frações de classe no país – um novo momento para a estrutura econômica nacional em seus laços de dependência com o capital internacional, e as inflexões no mundo da política. Aqui, apontam-se alguns debates a partir das contribuições gramscinianas sobre o que significa, para a vida social brasileira, uma agenda de esvaziamento da esfera pública e de fechamento das possibilidades de, por meio da política, se modificar as estruturas de poder.

O último momento, de forma geral, é dedicado a uma análise sobre a tradição conciliatória no Brasil, seus mecanismos e sua lógica de funcionamento. Faz-se, para tanto, uma leitura a partir dos processos da atualidade dessa estrutura e de como elas são questionadas pelas manifestações de junho de 2013. Levanta-se, ainda, enquanto exemplo empírico das formas de se construir os pactos conciliatórios, os processos eleitorais e os gastos com campanhas nas eleições sergipanas de 2002 – 2010.

Finaliza-se o capítulo com algumas reflexões teóricas sobre a política contemporânea, a partir da contribuição de Francisco de Oliveira e do significado histórico de um tempo marcado pelo retorno ao arcaico e pelas reconfigurações políticas no neoliberalismo.

## **CAPÍTULO 1 – AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PÓS-DITADURA BURGO-MILITAR DE 1964**

### **1.1 OS SENTIDOS DA POLÍTICA E A REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL**

Depois do Golpe burgo-militar<sup>7</sup> no Brasil, a leitura e tradução das obras de Gramsci foram aprofundadas, apesar da limitação imposta, num primeiro momento pelo próprio processo de censura institucional – sobretudo a partir do final de 1968 com a decretação do AI-5 (Ato Institucional Número 5) – e pela resistência dentro do próprio marxismo da época, hegemonizado pelas formulações da III Internacional<sup>8</sup>.

O Golpe burgo-militar de 1964 levou alguns intelectuais marxistas a se perguntarem por que a esquerda foi tão facilmente derrotada, e a partir deste questionamento começaram a esboçar um conjunto de novas reflexões sobre a realidade brasileira, que por sua vez tendiam a problematizar a validade das interpretações apoiadas num campo teórico do marxismo da III Internacional e suas formulações de ordem positivista e economicista<sup>9</sup>. Entre esses intelectuais, destacou-se Carlos Nelson Coutinho, ao lado de Leandro Konder, pela tradução e divulgação das obras de Gramsci, pela formação de um movimento dentro do marxismo que buscava fazer novas interpretações da realidade brasileira (MENEGAT, 2012). O fio condutor dessas novas interpretações estaria em pensar sobre o processo de industrialização e urbanização lançado com a agenda do varguismo nos anos de 1930. Com o Golpe burgo-militar de 1964, em sua forma de revolução passiva ou ainda de uma contrarrevolução preventiva, instaurou-se um novo momento da história brasileira.

“Revolução passiva” é o processo pelo qual, no âmbito da dialética histórica, a tese (expressão do bloco histórico dominante) se mostra capaz de neutralizar, incorporar, absorver, em suma, exaurir a antítese (expressão das forças que visam constituir um bloco histórico alternativo ao dominante). Numa tal situação não é a negação expressa da antítese que se torna portadora de uma nova síntese, mas a própria afirmação expressa pela tese. Gramsci define a “revolução passiva” como uma “revolução-restauração”. (BARATTA, 2011, p. 34).

---

<sup>7</sup> Neste trabalho, optou-se pela interpretação segundo a qual o golpe de Estado de 1964 não se deu enquanto articulação apenas dos Militares, mas teve em todo seu processo de orquestração, direção, apoio e financiamento, setores das frações de classe da burguesia. Não é interesse da presente análise um aprofundamento desta conceituação, para tanto, tomam-se aqui as elaborações do professor Milton Pinheiro (2014).

<sup>8</sup> Para maiores detalhamentos sobre esta leitura, nos baseamos nas obras de Carlos Nelson Coutinho (2008); Leandro Konder (2009) e Marco Aurélio Nogueira (1988).

<sup>9</sup> KONDER, Leandro. O Marxismo na batalha das Ideias. São Paulo: Expressão popular, 2009.

As classes dominantes optaram, neste caso pelo aprofundamento do caráter de dependente da formação nacional, vinculando mais estreitamente o nosso desenvolvimento aos países centrais, a partir de uma relação orgânica entre o Estado, o capital monopolista nacional e o grande capital multinacional. (MENEGAT, 2012, p. 196).

Consolidou-se o processo de urbanização e crescente industrialização de forma autoritária e conservadora, inserindo o Brasil num processo de modernização de permanente incompletude, em que o ideal de um projeto moderno de nação fincado no progresso se mistura dialeticamente com processos de conservação da antiga ordem. É desta forma que será realizada a “revolução burguesa” no Brasil, seguindo certa tradição política que carrega mecanismos próprios de nossa particularidade histórica. Ou seja, uma revolução sem protagonismo popular, conciliatória e feita pelo alto, de forma a blindar a esfera política de qualquer processo de ruptura que coloque em cheque a estrutura de poder montada pelas elites políticas que dirigem o país (FERNANDES, 2006).

(...) seria absurdo não reconhecer o papel positivo que a obra de Gramsci desempenhou na história recente da teoria social brasileira, em particular junto às suas vertentes marxistas. Creio, aliás, que este é o verdadeiro ponto a ser destacado quando se examinam as relações entre Gramsci e o Brasil: Gramsci foi decisivo para arejar o pensamento de esquerda no Brasil, até então globalmente subordinado ou às formas clássicas do “marxismo-leninismo”, ou aos dogmatismos mais sofisticados da escola de Althusser, ou a variantes funcionalistas do radicalismo liberal. Em boa medida, foi com ele que aprendemos a desmistificar o marxismo, a ser tranquilamente heterodoxos, a abandonar as ultrapassadas fórmulas “revolucionárias” de pensar o Estado, o partido político e o socialismo. Nas páginas instigantes de seus Quaderni – repletas de “revolução passiva”, “bloco histórico”, “transformismo” e “guerra de posição” – encontramos uma privilegiada perspectiva para compreender o caráter “prussiano” assumido pelo processo de transformação capitalista e de formação da nacionalidade no Brasil. Através delas, aguçamos nossa percepção da modernização conservadora impulsionada pelo regime implantado em 1964 e pudemos requalificar nosso conhecimento sobre o “atraso” brasileiro (NOGUEIRA, 1988, p. 135).

É por meio desta nova interpretação sobre a realidade brasileira que foi disseminada a leitura de Gramsci como fundamento teórico para análises sobre o caráter da Ditadura burguesa enquanto contrarrevolução permanente, ou revolução/restauração, e a renovação da base conceitual hegemônica até então no seio de grande parte da esquerda brasileira<sup>10</sup>. Um dos

---

<sup>10</sup> Entre os autores que vão trabalhar nesta chave gramsciniana sobre a realidade brasileira, podemos citar: COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p.12-27; NOGUEIRA, M. A. Gramsci,

momentos marcantes dessa nova interpretação vai se dar com a publicação do livro *A Democracia como valor universal*, de 1980, no qual Carlos Nelson Coutinho busca iniciar uma nova reflexão acerca do Golpe burgo-militar num Brasil periférico e moderno, alicerçado no Estado ditatorial que consolidou as bases do processo de “modernização conservadora”, lançadas a partir da Revolução pelo Alto de 1930.

Carlos Nelson procurou diante dos acontecimentos de 1964, tanto uma renovação conceitual quanto um eixo de reflexão que pudesse expor criticamente as diversas faces de uma sociedade moderna periférica. Daí sua leitura de Gramsci não o tornar tão somente um gramsciniano – como há muitos deles Brasil afora –, mas um intérprete original desta sociedade numa chave comum ao universo conceitual do marxista italiano. A forma como desenvolveu a reflexão sobre o processo de democratização, a meu ver, alcançou uma visada suficientemente ampla sobre o presente, construído desde sua gênese na longa duração, estruturado a partir de movimentos internos da sociedade que não podem voltar suas costas às imposições externas da dinâmica do mercado mundial, que o tornam um clássico da tradição crítica brasileira. Sua contribuição específica nesta tradição, que resulta do modo como elaborou a derrota, é a *análise da via de transição do Brasil ao processo modernizador*, que marca de forma indelével todo o percurso (MENEGAT, 2012, p. 218).

Para tanto, torna-se central a categoria de “Revolução Passiva”<sup>11</sup> enquanto eixo explicativo dos processos de mudanças que o Brasil atravessou ao longo de sua história. A revolução burguesa no Brasil, de caráter conservador e pelo alto, realizou-se com a preservação de mecanismos que estruturavam a antiga ordem, diferente das características de uma revolução de caráter popular, ou, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho:

O latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país. Por um lado, gradualmente e “pelo alto”, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser resultado

---

a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, C. N. (Org.) *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Além de outros autores brasileiros como Alberto Aggio, Leandro Konder, Marcos del Roio, Ruy Braga, dentre outros.

<sup>11</sup> O termo foi utilizado pelo historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas foi com Gramsci que ganhou força de conceito e significados. Utilizado no primeiro momento para analisar a formação do Estado Burguês Moderno Italiano, ganha interpretações de ordem mais universal pelo autor, para compreender e interpretar alguns acontecimentos sociais que marcaram a história da humanidade. Suas características estão ligadas aos processos de transformações realizadas pelo alto, de cima para baixo, com algumas concessões aos de baixo, porém, sem protagonismo popular das classes subalternas. (BARATTA, 2011; COUTINHO, 2008; NOGUEIRA, 1988; SEMERARO, 2006).

de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (COUTINHO 1988, p. 106).

Dentro deste escopo interpretativo, o processo de revolução passiva apresenta dois momentos centrais, quais sejam: 1) “Restauração”, vista enquanto resposta à possibilidade de qualquer tipo de transformação radical que tenha como protagonistas as camadas populares, das quais se apresenta seu caráter de reação conservadora; 2) “Renovação”, possibilidade de incorporação pelo alto de algumas demandas populares. Diante das pressões populares por mudanças e lutas por direitos, as classes dominantes concedem alguns benefícios em prol de um abrandamento dos setores populares insatisfeitos<sup>12</sup>. Assim, a revolução passiva no Brasil serve para pensar o processo de reformas pelo alto, ou ainda, pensar o próprio caráter do processo de redemocratização, dirigido pelos mesmos setores que estiveram à frente do Golpe burgo-militar no Brasil.

É importante salientar que paradoxalmente à blindagem do protagonismo popular enquanto mecanismo fruto da revolução passiva, ainda assim, esta carrega um sentido de reforma à medida que as classes dominantes aderem a algumas exigências das classes populares, como parte da estratégia para conservar o poder do Estado. Coutinho exemplifica que o período do *welfare state* na Europa, pós-Segunda Guerra Mundial, pode ser visto como um bom exemplo de revolução passiva, já que o momento da restauração é resultado da saída da crise de superacumulação que o sistema produtor de mercadorias atravessava, em que foi elaborado um conjunto de políticas sociais com adesão das demandas populares, a exemplo dos diversos direitos previdenciários conquistados no âmbito de governos capitalistas.

Com isso, parte-se do pressuposto de que esta chave analítica serve para pensar a construção de como se estabeleceu a blindagem do atual sistema político brasileiro frente o protagonismo popular. Essa blindagem teria suas raízes na própria construção histórica da política brasileira, visto que os principais processos de transição que o país vivenciou foram hegemonizados pelas forças conservadoras sempre pactuadas em diversos momentos, a

---

<sup>12</sup> Para maiores detalhamentos de como Gramsci vai analisar a formação do Estado Moderno Italiano, sem com isso ficar preso à realidade italiana, mas prevendo um caráter universal do conceito nas análises de formação dos Estados Modernos, ler diretamente no autor em: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. V.1, p. 393.

exemplo de como se deu a Proclamação da República, passando pela Revolução pelo Alto de 1930 e se consolidando com o fim da Ditadura burgo-militar.

O modo como se deu esta transição, realizada pelo alto, e que voltará a se repetir em diversos momentos decisivos da história do país, por exemplo, no fim da escravidão e proclamação da República, tem por exemplo no centro os impasses de uma sociedade que faz do arcaico um modo de ser moderna. Entre nós, o moderno apenas subsiste por meio do arcaico. Como esta é uma situação que não pode voltar suas costas às pressões que vêm de fora, isto é, não é uma mera patologia local, pode-se dizer que neste caso o moderno mostra a verdade que nos países centrais pode ficar encoberta.

Carlos Nelson viu na persistência deste tipo de forma de mudança, pelo alto, uma característica fundamental da sociedade brasileira (MENEGAT, 2012, p. 220).

## 1.2 A TRANSIÇÃO NEGOCIADA OU O AVESSO DA RUPTURA

“Fazer a revolução antes que o povo a faça”. Esta frase, do governador de Minas Gerais na década de 1930, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, exemplifica o sentido de revolução passiva exposto acima. O Brasil estaria assim diante de um processo de mudanças com conservação, que teriam seu nexos na formação política do país por meio da qual uma contrarrevolução permanente busca neutralizar qualquer possibilidade de protagonismo popular no espaço da política (IANNI, 2004).

Já o pacto conciliatório, advindo do processo de transição pós-ditadura burgo-militar de 1964, é tributado aos próprios setores que deram suporte ao golpe, ensejando a continuidade das formas tradicionais de blindagem à participação popular nos mecanismos de poder político. Traçar um plano de abertura democrática lenta e gradual diante das pressões populares, sem com isso perder o controle das estruturas de poder político criadas ou consolidadas nos anos de chumbo, torna-se o objetivo maior dos protagonistas de uma transição sem rupturas, como será analisado a seguir.

Como traço do período da redemocratização no país, houve a superação do bipartidarismo e adoção de um sistema multipartidário. O primeiro, criado com o Ato Institucional Número 2, em 1965, somente permitiu a existência de duas agremiações políticas, além de suprimir a nomenclatura do partido. Criou-se a Aliança Renovadora Nacional (Arena) com base de sustentação nas forças armadas, e que tinha como membros os políticos anteriormente ligados à União Democrática Nacional (UDN) e Partido Democrático Social (PDS). Como oposição moderada e consentida pelo regime militar, foi criado o Movimento Democrático Nacional (MDB), que reuniu um conjunto heterogêneo de políticos das mais

variadas tradições que faziam oposição ao governo militar. Já o segundo, o sistema multipartidário, foi instituído a partir da vitória eleitoral da oposição reunida no MDB, por ocasião das eleições de 1974. Daí por diante, foi construída a política de “transição segura, lenta e gradual” formulada nos gabinetes do alto escalão do regime, e que teve como estrategista o general Golbery do Couto e Silva. A partir de então, iniciou-se um processo de volta à liberdade de organização partidária. Porém, este movimento contou com ações repressivas e de cooptação, em que as primeiras tinham por alvo os setores mais radicais da oposição ao regime, enquanto a segunda era voltada aos setores mais moderados (CASTELO, 2012, p. 292-293).

(...) as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas (...) através de conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa na vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais. (COUTINHO, 1980, p. 32).

Quadro 1 – Partidos Políticos Brasileiros legalizados através da Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979

PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PFL	Partido da Frente Liberal

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Em 1984, o Brasil passou pela campanha das “Diretas Já”, com diversas forças de oposição se unindo em defesa da volta da democracia ao país. Surge então um novo período, com diversas forças sociais e políticas organizadas, tanto no MDB como clandestinamente, buscando construir seus próprios caminhos e organizações.



[...] Por conta, muito das pressões sociais que clamavam pelo fim da estrutura autoritária, Sarney promoveu algumas medidas liberalizantes como reabertura da UNE, Reforma Partidária, que permitindo e facilitando o registro de partidos que estavam clandestinos, liberdade sindical, anistia aos sindicalistas cassados, dentre outras medidas. (DANTAS, 2002, p. 16-17).

É preciso, ainda dentro desse processo, observar que a abertura de um pluralismo partidário moderado não permitiu a volta imediata à institucionalidade dos partidos comunistas, comprometidos com uma oposição mais radicalizada. Somente com a emenda nº 25, de 30 de maio de 1985, foi criado o sistema partidário de maior abertura da história política brasileira, facultando a organização de partidos que anteriormente tiveram seus registros cassados ou cancelados.

Quadro 2 – Partidos Políticos Brasileiros legalizados através da Emenda nº 25 de 30 de maio de 1985

PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PASSART	Partido Agrário Renovador Trabalhista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PLB	Partido Liberal Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Partido Comunitário Nacional
PDC	Partido Democrata Cristão
PDI	Partido Democrático Independente
PFL	Partido da Frente Liberal
PH	Partido Humanista
PJ	Partido da Juventude
PL	Partido Liberal
PLP	Partido Liberal Progressista
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMC	Partido Municipalista Comunitário

PMN	Partido da Mobilização Nacional
PN	Partido Nacionalista
PND	Partido Nacionalista Democrático
PNR	Partido da Nova República
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PRB	Partido Renovador Progressista
PRT	Partido Renovador Trabalhista
OS	Partido Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PTN	Partido Tancredista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador

Fonte: Ibarê Dantas (2002).

Entre os partidos com maiores destaques, surgiram o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Popular Brasileiro (PRB), que agregaram as forças da antiga Arena. O MDB deu lugar a uma diversificação ainda maior, com o surgimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Social-Democrático Brasileiro (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). Além da volta à cena institucional dos partidos que foram postos na ilegalidade, como Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Portanto, “essa proliferação de agremiações era apenas um sintoma de animação que contaminava o quadro político nacional em face das novas mudanças que se anunciavam nos primeiros meses da nova república” (DANTAS, 2002, p. 19).

Na região nordeste, a abertura se deu com maior lentidão, uma vez que nas eleições municipais de 1974, o PDS conservou sua hegemonia política, ao contrário do que aconteceu no restante do país. Porém, por conta da conjuntura nacional, diversos políticos deixaram o PDS e se organizaram na Frente Liberal que compôs a Aliança Democrática para respaldar a candidatura de Tancredo Neves.

Essas adesões, se de um lado facilitaram a vitória eleitoral do político oposicionista, por outro contribuía de forma significativa para atenuar o nível de mudanças políticas que se esperava. Com os ex-arenistas participando da nova coalizão situacionista a transição tornou-se pactada, firmada em entendimentos prévios que diminuía a margem de risco, mas mantinham a

influência de grupos conservadores que haviam respaldado o regime militar. (DANTAS, 2002, p. 16).

É imperativo retomar a linha de reflexão já abordada, segundo a qual a transição à democracia é um mecanismo de conservação de uma estrutura política que cede na liberalização progressiva para evitar uma “conturbação social”. É neste sentido que Tancredo Neves foi eleito como presidente que representava o cronograma “político-militar” da transição lenta, gradual e segura como renovação dos acordos firmados no topo das hierarquias sociais e que, segundo Florestan Fernandes, fazem da sociedade brasileira “uma das mais perversas e inflexíveis na periferia do capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 16).

### 1.3 UM SOPRO DE DISSENSO: ASCENSO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO PT

Se, por um lado, a Ditadura burgo-militar de 1964 foi responsável por completar, de forma autoritária, o processo tardio de industrialização e urbanização no Brasil, por outro lado, desse processo emergiu um proletariado maduro que fez proliferar a criação de sindicatos, associações, movimentos sociais urbanos, dentre outros mecanismos umbilicalmente ligados ao espaço de ação política.

O final da ditadura nos anos 1980 produziu um amadurecimento do operariado brasileiro como fruto dos anos seguidos de expansão da economia e das contradições sistêmicas próprias da dinâmica social do capital. A crise do modelo de substituição de importações colocou em movimento uma série de atores sociais ligados ao espaço urbano e para além dele, resultando na conjuntura de criação de um novo cenário político a partir do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Este último teve como uma de suas principais características a rejeição ao pacto conciliatório que se expressava por meio da Aliança Democrática.

O Brasil tinha um novo regime político, entendido aqui como uma articulação da classe dominante em sua estrutura partidária para o desenvolvimento de uma nova política de Estado, efetivada por um pacto político feito “pelo alto” que rearranjou a presença de frações de classe da burguesia no poder e modificou o bloco de forças políticas no controle do governo. Essa transição se realizou como um pacto (...) desenvolvido por frações de classe da burguesia, forças políticas liberais, personalidades da oposição progressista à ditadura e, perifericamente, com a presença do PCB e outras forças políticas

no campo da esquerda, a exemplo do PCdoB e MR-8. Todavia, essa operação de consolidação da transição foi acompanhada pela pressão dos novos movimentos populares, pela postura combativa e militante do novo movimento operário e sindical, assim como pela inovadora presença na cena política do PT e da CUT. (PINHEIRO, 2014. p. 52).

Em sua Carta de Princípios (redigida em 1º de Maio de 1979 por sua Comissão Nacional Provisória), evidenciam-se as proposições da criação do Partido dos Trabalhadores<sup>13</sup> enquanto ferramenta de atuação classista não vinculada à tradição conciliatória que marcou parte da tradição originária do MDB e setores da Ditadura burgo-militar na Redemocratização:

Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir. (...)

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

[...] cabe destacar que o processo chamado de *abertura política* está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

[...] Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositores, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre *os de cima*, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos *de baixo*, as massas trabalhadoras do campo e da cidade (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 49-51, grifo do autor).

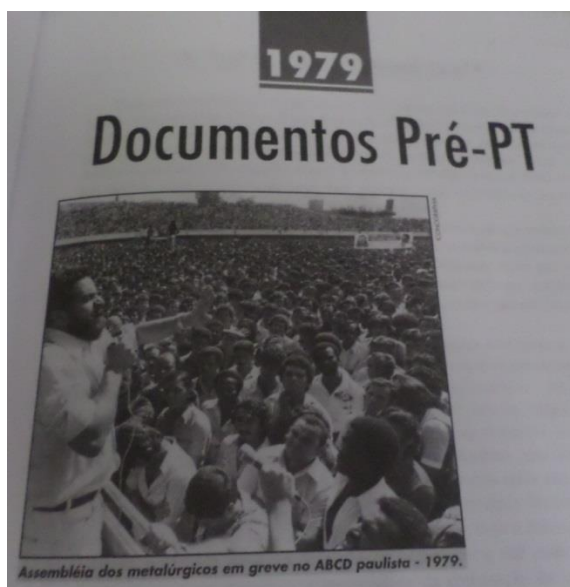
Estas passagens contribuem na percepção de como o Partido dos Trabalhadores buscava rejeitar qualquer elo com a política conciliatória brasileira, vista como mecanismo que

---

<sup>13</sup> Formado por mais de dez organizações de esquerda advindas das mais diversas tradições e que possuíam diferenças claras em relação à concepção de partido, formas de revolução, leituras sobre a estratégia da revolução brasileira, táticas para combater o capitalismo etc. Um exemplo dessas diferenças é a disputa que se deu internamente entre grupos de intelectuais e políticos que divergiam sobre o caráter de partido que teria o PT, entrada de ex-integrantes da Arena e MDB, garantia da propriedade privada etc. Nesse primeiro momento, saíram vencedores aqueles que defendiam a ideia de um partido de base, frente um partido de parlamentares, priorizando assim as ações na sociedade civil em consonância com os diversos movimentos sociais. Para maior aprofundamento acerca deste debate e outros relacionados ao Partido dos Trabalhadores, indicamos a leitura de: MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um partido, 1979 – 1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Octaviano. *Pra que PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989. SECCO, Lincoln. *História do PT 1978 – 2010*. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2011.

impossibilitava melhoria real nas condições de vida da população por meio de um amplo processo de reformas das estruturas sociais que sustentavam o regime militar. Rejeitava-se assim um modelo de democracia no qual as classes dominantes mantivessem seus mecanismos de beneficiamentos intocáveis.

Figura 1 – Arquivo pré-fundacional do Partido dos Trabalhadores



Fonte: Almeida; Vieira; Cancelli (2008).

Surge nesse momento um processo de instituição do dissenso em oposição aos arranjos da tradicional política de conciliação que marca a história brasileira.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. [...]

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a *frente das oposições* se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. [...] (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 52, grifo do autor).

O PT nasce enquanto tentativa de romper com uma democracia obstruída, construída pelo alto, sem a participação efetiva da classe trabalhadora no jogo político. Neste sentido, contribuiu para o ressurgimento do dissenso na política brasileira, como possibilidade de disputa entre projetos antagônicos de sociedade.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

[...] Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

[...] buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

[...] O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo. (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 53-54).

No documento *Declaração Política*, de 13 de outubro de 1979, a Comissão Provisória lançou publicamente as posições políticas que alicerçavam o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, afim de aproximar os que estivessem interessados em participar desse novo momento da política brasileira no período da redemocratização. Fazia-se um balanço dos significados desse processo de lutas e reivindicações frente à Ditadura burgo-militar. No documento, defendia-se uma posição segundo a qual o PT seria fruto do enfrentamento entre as classes trabalhadoras organizadas e a política do regime militar de arrochos salariais, proibição de greves etc.

A Ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base: dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres. E ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. [...] O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão. (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 55-56).

No *Manifesto de Lançamento*, o PT reafirmou seu objetivo de atuação a partir do cotidiano dos trabalhadores, em claro combate ao sistema capitalista por meio de novas formas de organização democrática na sociedade brasileira que visassem à construção de uma realidade

onde os direitos e interesses dos trabalhadores fossem conquistados e assegurados pelos próprios trabalhadores. (Diretório Nacional do PT, 1998).

Enquanto concepção de vida partidária em suas instâncias internas, o PT defendia a criação de uma cultura de respeito às decisões coletivas e colegiadas. Ao mesmo tempo fomentava o debate sobre a autonomia dos movimentos sindicais e sociais, apoiando, por exemplo, a criação de uma central sindical que rompesse com a lógica de atrelamento às estruturas do Estado. É importante verificar como as pautas em torno da democracia interna e externa ao partido estão presentes em todos os documentos de fundação do PT, envolvendo as mais variáveis questões em torno da necessidade de rejeição dos pactos conciliatórios construídos pelo alto.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, dismantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. [...]

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do Partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpulas. O PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de construir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão, o PT é democrático [...] No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirva à causa dos trabalhadores. (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 68-71).

Assim, o Partido dos Trabalhadores apresentou-se como candidato nos marcos dos processos eleitorais sem abdicar da estratégia de fortalecer e impulsionar os mecanismos de lutas sociais por dentro da sociedade civil com vistas à construção de um governo dos trabalhadores. Para isso foram apresentados como parte do *Manifesto* um “Programa”, um “Plano de Ação” e um “Estatuto”. O discurso de Lula, durante o 1º Encontro Nacional de 1981, expressou uma síntese das proposições que marcaram os contornos do momento fundacional do PT, desde a defesa da autonomia dos mais diversos movimentos sociais e sindicais em relação aos partidos políticos e governos até a defesa estratégica do socialismo.

O partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil.

(...) Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. (...) Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

(...) Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política.

(...) no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores.

(...) Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro.

(...) O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários.

(...) Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. (ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI, 1998, p. 106-109).<sup>14</sup>

Acerca das discussões sobre o momento histórico de luta pela redemocratização, proposituras de transição consensual e pactuada entre o regime militar e setores moderados do movimento progressista, Lula salientou:

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. (...) Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

(...) Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais, aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. (ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI, 1998, p. 111-112).<sup>15</sup>

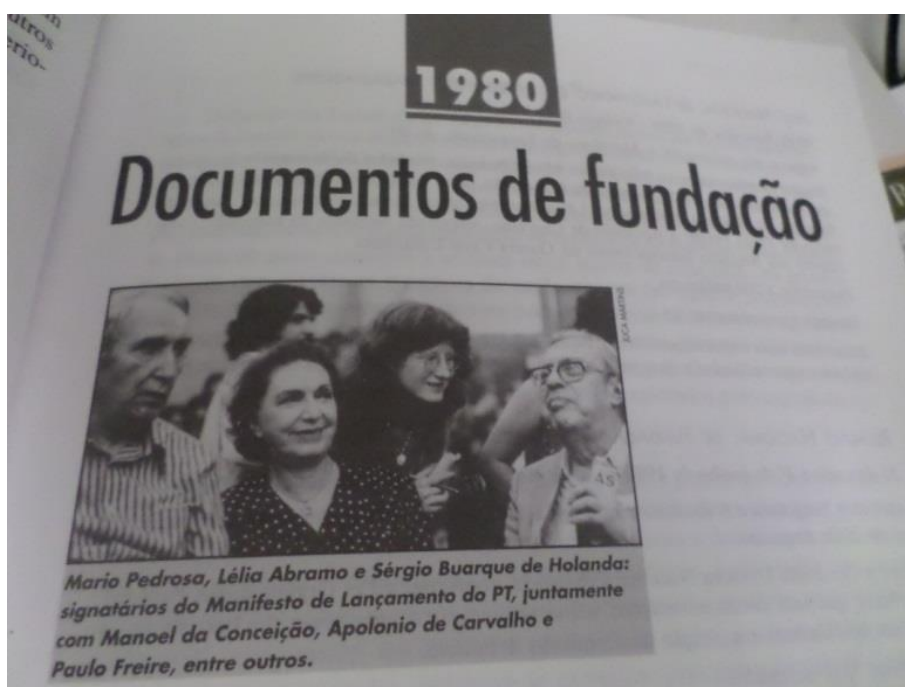
<sup>14</sup> Extraídos do discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, agosto de 1981. In: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). *Resoluções de encontros e congressos* (1979 – 1998). São Paulo: Diretório Nacional do PT, Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>15</sup> Idem.



Em todos esses documentos, que vão de janeiro de 1979 a junho de 1980, juntamente com o discurso de Lula em agosto de 1981, o interesse desta análise foi demonstrar como o Partido dos Trabalhadores nasceu orientado por formulações e ações políticas baseadas na construção de uma democracia participativa em oposição aos pactos conciliatórios, sobretudo os que foram gestados durante a redemocratização. Esta é a chave de análise que atravessa o conjunto das formulações trabalhadas até aqui, segundo a qual a democracia brasileira se constituiu anulando, sucessivamente, possibilidades de protagonismo popular nos processos de mudanças dos rumos da política no país.

Figura 2 – Os intelectuais e a fundação do PT



Fonte: Almeida; Vieira; Cancelli (2008).

#### 1.4 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO

As manifestações de junho de 2013 que eclodiram em várias partes do Brasil produziram uma série de análises que estão longe de se esgotar e remetem a mais incertezas que precisões. As incertezas são típicas da impossibilidade de se reduzir o conjunto das questões a uma única possibilidade interpretativa. Neste sentido, é necessário pontuar que múltiplas possibilidades analíticas são próprias de grandes acontecimentos que marcam determinados tempos históricos. As manifestações de junho de 2013 são um exemplo de acontecimento histórico que tem um caráter ambivalente, plural, e que por isso não permite produzir uma leitura universal.

O estopim foi o combate ao aumento dos bilhões de metrô e ônibus urbano na cidade de São Paulo e em outras capitais. Impulsionados pelas redes sociais, os protestos logo se estenderam, diversificaram sua agenda e passaram a incluir reivindicações por melhores escolas, saúde pública de qualidade, maior eficácia governamental e menos corrupção na política. Uma desastrada e selvagem ação policial de repressão ao movimento dramatizou o quadro, gerou grande solidariedade e levou ainda mais gente para as ruas. A própria mídia histórica (os grandes jornais e emissoras de rádio e TV), que inicialmente condenara os protestos ou dera pouca importância a eles, mudou de posição e passou a dialogar com os manifestantes. (NOGUEIRA, 2013, p. 31).

Assim, foi a demanda do Movimento Passe Livre<sup>16</sup> pela revogação dos aumentos das tarifas dos transportes públicos intermunicipais – ônibus e metrô – e a forte repressão da polícia aos manifestantes que impulsionaram o crescimento das manifestações e o redimensionamento das mesmas com a incorporação de uma pluralidade de pautas. A partir desse momento, foi se estabelecendo um caráter heterodoxo de reivindicações levadas às ruas pelos mais diversos sujeitos, em sua maioria não ligados a movimentos sociais e partidos políticos (ROLNIK, 2013).

Dado esse caráter não uniforme das manifestações de junho e suas pautas, emerge a possibilidade de interpretação a partir da noção gramsciniana de sociedade civil, ou seja, um espaço não institucional, em que os diversos sujeitos sociais disputam visões de mundo, pautas, agendas, projetos de sociedade etc.

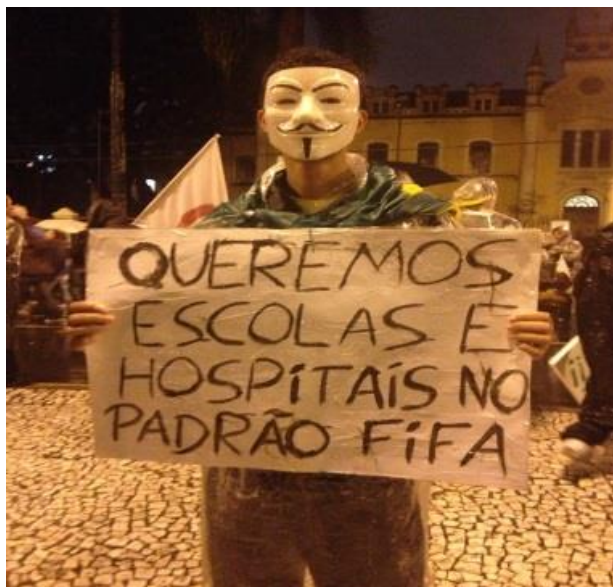
É nesta perspectiva, de ressurgimento da sociedade civil, que emerge a possibilidade de crítica até então impensável na atual fase do neoliberalismo, como questionamentos à ideia de representatividade, a pauta do passe livre e o direito à cidade, democratização da comunicação, direito à saúde, educação “padrão Fifa”<sup>17</sup>, negação do pacto conciliatório etc.

Figura 3 – Manifestações no Brasil<sup>18</sup>: Hospitais e escolas padrão Fifa viram tema de protesto

<sup>16</sup> O Movimento Passe Livre se consolida enquanto movimento nacional durante sua plenária fundacional que ocorreu no acampamento da juventude no Fórum Social Mundial no ano de 2005. Porém, já existiam campanhas e lutas em algumas cidades do Brasil que fizeram germinar naquele período que data do início dos anos 2000 os debates em torno da criação do movimento. Para maiores informações sobre o movimento: <http://www.mpl.org.br/>.

<sup>17</sup> Entre os diversos cartazes, falas, gritos de ordem, que poderiam ser encontrados no meio das manifestações, eram ironias de pautas que se buscava relacionar com os altos gastos em construções de estádios para a copa do mundo.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.folhapaulistana.com.br/2014/05/manifestacoes-no-brasil-hospitais-escolas-e-transporte-padrao-fifa-vira-tema-de-protesto/>>.



Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil.

Figura 4 – Manifestações no Brasil: Transporte padrão Fifa vira tema de protesto



Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil.

Essa impossibilidade colocada para o neoliberalismo é a raiz de um tempo marcado pela ideia de contrarreformas, ou seja, retirada e/ou restrição dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, cortes etc. Por este prisma, as manifestações de junho de 2013 podem ser analisadas dentro de uma reflexão teórica gramsciniana, enquanto uma negação da ideia de contrarreforma, e aposta no fortalecimento da sociedade civil como caminho de pressão em que os conjuntos das organizações sociais, grupos e classes reivindicam e disputam suas pautas e concepções de mundo.

É certo que a volta dos movimentos de massa no Brasil ganham minuciosa atenção por parte de pesquisadores, políticos, Estado, grande mídia etc. Cada grupo de interesse com suas explicações, suas linhas de formulações e estratégias para responder às chamadas “vozes de junho”. Porém, é inegável reconhecer que as manifestações de junho de 2013 não se deram num amplo processo de ascenso dos movimentos de esquerda e lutas populares no Brasil, mas no sentido oposto, elas ocorrem num momento de fragilidade dos movimentos populares. Acrescenta-se a isso, o abandono da lógica de fortalecimento da sociedade civil pelo Partido dos Trabalhadores, que se construiu historicamente ancorado também nas disputas por fora da institucionalidade.

O próprio PT, que [...] sempre flertou com o sentimento de que seria preciso agir à margem da política institucionalizada. [...] Mais tarde, por volta de 1995, optou por jogar todas as fichas na conquista da Presidência da República e adotou postura crescentemente pragmática, aberta e composições e negociações políticas, tolerantes com o jogo frio da política e suave com o mercado e as grandes empresas. [...] o PT adquiriu certa ambiguidade, combinando de modo nem sempre coerente o pragmatismo operacional com uma atitude dedicada a cortejar as massas por fora das instituições representativas. Essa ambiguidade se consolidou quando Lula foi eleito presidente em 2002. A partir de então, forçado a organizar coalizões à direita para poder governar, o partido tornou-se um operador do velho jogo político que antes condenava, perdeu vínculo com os movimentos sociais, distanciou-se da *sociedade civil* e mergulhou no paradoxo, perdendo vigor e coerência programática. (NOGUEIRA, 2013. p. 33-34, grifo do autor).

Com isso não significa dizer que durante as últimas duas décadas, mais ou menos, não houve lutas populares, manifestações, greves etc., mas sim afirmar que o sentido de uma hegemonia conservadora que se aprofunda com o neoliberalismo e se reforça com o transformismo petista pode estar na base de uma possível explicação para o caráter de despolitização que também tomou parte dos movimentos de junho de 2013. (NOBRE, 2013).

Gostaria de chamar a atenção para duas causas-efeitos da revolução passiva que foram apontadas por Gramsci: por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares. [...] Gramsci fala de “transformismo”, isto é, da assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas (COUTINHO, 2003, p. 203-205).

Ao retomar o esboço das leituras dos acontecimentos, houve uma tentativa por parte das interpretações ligadas ao governo do Partido dos Trabalhadores de limitar as manifestações de junho ao caráter positivo das políticas governamentais. Segundo esta interpretação, as manifestações de junho de 2013 seriam o efeito da entrada de dezenas de milhares de sujeitos numa “nova classe média” que fez eclodir um sentimento de “quem consegue mais, deseja mais”<sup>19</sup>. Ou seja, o povo teria se beneficiado das políticas públicas e assistenciais implementadas pelo governo, como bolsa família, luz para todos, minha casa minha vida, créditos consignados etc., o que contribuiria para emergir uma nova classe média que ascende socialmente à esfera do consumo, mas que não se contenta apenas com esta condição e passa a desejar algo mais (SINGER, 2012).

Porém, parece mais aceitável enxergar este acontecimento enquanto expressão de uma crise sistêmica que se apresenta em diversos aspectos, como no fracasso da estrutura política brasileira marcada pelos pactos conciliatórios, dos quais as massas populares são alijadas e que desembocaram na crítica à ideia de representatividade, tão presente nas vozes que emergiam das ruas, em seus questionamentos de ordem econômica, ética, governamental, sociocultural etc. (NOGUEIRA, 2013).

O foco em determinados aspectos que estão relacionados com as manifestações de junho de 2013 tem a ver com o próprio caráter que se tenta dar às manifestações, e a busca de interpretações para elas. Logo, insistir na relação entre as manifestações de junho enquanto uma negação das estruturas políticas que não são permeáveis à participação popular proporciona uma ligação com a crítica aos pactos conciliatórios construídos pelo alto.

É preciso ter em mente que as manifestações estão inseridas na própria dinâmica de crise sistêmica do capitalismo e os diversos movimentos de massa que surgiram num período anterior, 2011 – 2012, em algumas partes do mundo, a exemplo dos “indignados” na Espanha, a “Primavera Árabe”, as manifestações na América do Norte com o “Occupy Wall Street”, as grandes lutas no Chile por educação pública etc.

Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia (CARNEIRO, 2012. p. 7)

---

<sup>19</sup> Como podemos encontrar no dossiê da Associação dos Professores da PUC/SP. Disponível em: <[http://issuu.com/mteles13/docs/pucviva43\\_web](http://issuu.com/mteles13/docs/pucviva43_web)>.

Todos esses movimentos se ligam ao ambiente de uma crise estrutural do capitalismo e, guardadas as devidas proporções e particularidades, trazem também um caráter difuso, massivo, policlassista e tendo as ruas como foco de ocupação e pressão política. As manifestações de massa no Brasil, por mais particularidades que possam ter, relacionam-se, mesmo que tardiamente, a esta conjuntura de levantes internacionais, que no limite contestam a própria dinâmica do capitalismo, em sua fase neoliberal de retirada de direitos sociais, assim como os próprios mecanismos oriundos da institucionalidade na forma de representação política (HARVEY, 2012).

### 1.5 AS MANIFESTAÇÕES E AS RAÍZES DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA

A transição *stricto sensu* coincide com o governo Sarney, com a passagem do poder militar ao poder civil, com a promulgação de nova Constituição e com as eleições presidenciais diretas, ou seja, tem um caráter predominantemente institucional. Mas há outras leituras possíveis, como supor o início da transição como o projeto de institucionalização originado dentro do próprio Estado e regime, em 1974. Pode-se dizer que a transição se alonga para depois de 1989, com o início do governo Cardoso, quando as novas instituições se solidificam, assim como o projeto dito neoliberal que dera nova unidade às classes dominantes. A transição pode ainda ser lida como um processo social e político de democratização de longa duração e de contornos pouco definidos, mas numa perspectiva americanista. (ROIO, 2014, p. 11).

O caminho analítico deste trabalho busca se valer de alguns elementos que marcaram a transição democrática e a constituição dos pactos conciliatórios desse período, pós-ditadura burgo-militar de 1964, como meio pelo qual identificamos as raízes contemporâneas de alguns elementos que afloram seus significantes nas manifestações de junho de 2013. É preciso retomar uma leitura do empreendimento do pacto conciliatório instituído durante o processo de redemocratização, que levou ao esgotamento negociado do regime ditatorial, enquanto chave analítica para se pensar as raízes de uma estrutura política que impossibilita uma efetiva democratização da institucionalidade brasileira.

Num primeiro momento, serão utilizadas as contribuições analíticas segundo as quais as manifestações de junho resultam no encerramento do processo de redemocratização do país, que por sua vez abriria um amplo espaço de aprofundamento da democracia, ou, nas palavras de Nobre (2013), uma “democratização da democracia”. Assim, diante da democracia pactuada na transição sem grandes rupturas, tendo como uma das características a não participação, ou o isolamento das forças populares na estruturação desse processo, foi forjado um sistema político

avesso aos processos de grandes transformações, por meio da participação popular e constituição de dissensos.

Uma das teses centrais deste livro é a de que um dos mecanismos fundamentais desse controle está em uma cultura política que se estabeleceu nos anos de 1980 e que, mesmo se modificando ao longo do tempo, estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de transformação. (NOBRE, 2013, p. 10).

Ao seguir as reflexões sobre este primeiro momento – 1979 a 1994 – o conservadorismo democrático seria resultante da forma que se deu a transição democrática e teria seu germe na cultura do “progressismo”, ou seja, uma cultura política pactuada entre as mais diversas e distintas forças sociais que se opunham à Ditadura burgo-militar e que abdicaram de suas diferenças em prol de um projeto para “vencer” o período da ditadura que se estendia desde 1964. Este processo se estabelece em torno de negociações e convencimentos por meio dos quais as forças sociais que davam suporte à ditadura, ao mudar de lado, precisaram ser incluídas neste bloco de oposição. Este tipo de arranjo culminou com a constituição de um “imobilismo em movimento” que impossibilitou um tipo de transição democratizante, visto que a não existência de grandes dissensos abertos, confrontos de projetos de democracia, tornou-se uma das características deste pacto da transição. (NOBRE, 2013).

Com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de Janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. Tancredo Neves foi eleito presidente. Morto em abril do mesmo ano sem ter sido empossado, deixou no cargo o seu vice, José Sarney, quadro histórico de sustentação da *Ditadura Burgo-Militar*, indicado pelo PFL (em 2007, a sigla mudou o nome para DEM) [...]. Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista. (NOBRE, 2013, p. 11, grifo do autor).

Uma segunda fase que marca este processo de democratização conservadora estaria situada no período que sucedeu o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, ancorado na aposta de um pacto pelo alto em torno da governabilidade. Esse pacto seria responsável pela criação da ideia de que para se governar no Brasil seria preciso criar “supermaiorias”. Esta dinâmica sofreu uma rápida neutralização durante o período de 2003 a 2005, no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República.

Porém, ao ser acometida com os escândalos do mensalão<sup>20</sup>, a saída encontrada foi o reestabelecimento da ordem estrutural de funcionamento da governança, ou seja, retorno de supermaiorias enquanto caminho para se possibilitar a continuidade da governabilidade. A oposição é esvaziada, e mesmo os que se mantêm enquanto oposição, salvo raras exceções, vislumbram a possibilidade de se constituírem enquanto ferramenta capaz de gerir essas supermaiorias. Diluem-se assim as possibilidades de grandes enfrentamentos públicos, do dissenso, e o papel da oposição é reduzido às negociações nos bastidores, gabinetes, fracionamento de cargos etc. A primeira vez que essa blindagem do sistema político tem um abalo é com as manifestações de massa em junho de 2013 (NOBRE, 2013).

Fincou-se como verdade indiscutível que Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado “governabilidade”. Surgiu nesse momento a exigência, a partir de então inquestionável, de que esmagadoras maiorias suprapartidárias, segundo o modelo do Centrão da Constituinte, seriam indispensáveis não apenas para bloquear movimentos como o do *impeachment*, mas para que fosse possível governar.

Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. Foi assim que a partir de 1993 foi sendo construído o “acordo da governabilidade” [...]

Após o *impeachment*, os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas que derrubou Collor foi substituída pouco a pouco pelo clamor da “opinião pública”. E a opinião pública foi substituída pela opinião da grande mídia (NOBRE, 2013, p. 12).

Este modelo explicativo traz a noção de “pemedebismo” como sua âncora explicativa. O pemedebismo não se resumiria ao partido PMDB, mas sim à lógica de funcionalidade do sistema político brasileiro que se instituiu no período da transição democrática, ou nas palavras do autor, na “redemocratização”, em que todos os dispositivos criados visam anular, paralisar as forças transformadoras das classes populares e qualquer possibilidade de ruptura radical com o sistema político brasileiro. Constitui-se enquanto uma lógica sistêmica por não se limitar seletivamente ao PMDB, mas por operacionalizar o conjunto da cultura política antidemocrática. Portanto, neutralizam-se os dissensos potencializando as negociações de bastidores e evitando assim que haja ressonância social da possibilidade de ruptura. Esse modelo de estruturação da política é responsável pela consolidação de uma ressignificação de pacto conciliatório (NOBRE, 2013).

---

<sup>20</sup> Esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, deflagrado no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, PT, tendo integrantes do governo, sendo objeto de ação penal movida pela Justiça brasileira.



A primeira crise enfrentada por essa blindagem se deu durante a Constituinte (março de 1987 a outubro de 1988), quando essa unidade forçada deu de cara com movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações populares que não cabiam nos canais estreitos da abertura política. Sob o comando do [...] bloco suprapartidário que contava com maioria de parlamentares do PMDB, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los, apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas. Nasceu aí a primeira figura de blindagem do sistema político contra a sociedade, a que dou o nome de pemedebismo, em lembrança do partido que capitaneou a transição para a democracia. (NOBRE, 2013, p. 11).

## 1.6 AS MANIFESTAÇÕES E A IMPOSSIBILIDADE POLÍTICA

Um segundo campo analítico traz uma interpretação das manifestações de junho de 2013 enquanto impossibilidade da realização da própria política. As manifestações de junho aguçaram uma crise do sistema político que denunciou uma estrutura incapaz de possibilitar uma vida mais generosa à sociedade. Segundo Marco Aurélio Nogueira<sup>21</sup>, as surpresas das manifestações de junho teriam suas raízes num processo mais global da dinâmica do capitalismo contemporâneo, na história nacional e na própria conjuntura política. Foi pelas ruas que se buscou retirar a política de sua letargia, colocando à margem partidos políticos e organizações institucionais (NOGUEIRA, 2013).

Porém, segundo o autor, diferente da interpretação de Nobre (2013), o despertar de uma consciência política dos movimentos de junho de 2013 não impôs mudanças substantivas referentes à possibilidade de um aprofundamento da democracia. Portanto, ao afastar um olhar mais “romantizado” frente os acontecimentos de junho de 2013, o autor reconhece que foram disseminadas demandas e denúncias reais, mas que, no entanto, não apontaram para soluções reais que incidissem numa modificação do sistema, da cultura política e do modo de governar. As raízes destas lacunas se encontrariam num modelo de fazer política que não se consegue romper com o fim da Ditadura burgo-militar e o processo de democratização que não apontaram para uma renovação das instituições políticas no Brasil.

Essa impossibilidade de democratização das instituições políticas no pós-ditadura burgo-militar é perceptível nos próprios arranjos políticos que foram pactuados entre os mais antagônicos setores, cujo foco era uma superação do regime autoritário sem grandes rupturas. Isto é, sem a possibilidade de se romper com a lógica de exclusão de forças transformadoras e

---

<sup>21</sup> Professor Titular de Teoria Política e Diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais –IPPRI da UNESP, em São Paulo (SP).

populares dos processos históricos de renovação radical da política brasileira. É neste sentido que o autor mostra como os mecanismos de participação direta, mesmo circunscritos na Constituição brasileira, não são aproveitados, justamente por trazerem uma possibilidade real de “democratizar a democracia” (NOGUEIRA, 2013).

Nogueira (2013) sustenta ainda que as manifestações de junho significaram uma expressão do esgotamento do formato da política, e com isso uma necessidade por parte das massas populares de serem incluídas na arena pública enquanto expressão reconhecida pela institucionalidade. Por isso a crise sistêmica no regime de governança que se aprofunda a partir de 2003, com o modelo transformista do Partido dos Trabalhadores, além de não criar nenhum tipo de aparato na institucionalidade para absorver as demandas da sociedade civil, ainda reforçou uma estrutura política que neutraliza a sociedade, afastando-a da arena pública.

O sistema político pôde se impor graças à manutenção das regras eleitorais e partidárias, que fizeram com que a “governabilidade”, ou seja, a aprovação legislativa das políticas e propostas governamentais, ficasse sempre na dependência de grandes coalizões parlamentares. [...] Constrangidos por consórcios multipartidários sem eixo programático e composto de modo fisiológico, os governos assistiram à desconstrução de seus planos. Foi assim durante os anos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e de Lula (2003-2010), bem como no governo Dilma Rousseff. (NOGUEIRA, 2013, p. 34).

Apesar das diferentes leituras, é possível aproximar algumas hipóteses de Marcos Nobre (2013) e Marcos Aurélio Nogueira (2013) acerca das manifestações de junho, enquanto uma expressão da negação desses mecanismos que estruturam a política em sua funcionalidade. Ambos mencionam a forma que se estrutura a governabilidade como instrumento central de uma crise que é própria do sistema político brasileiro e demonstram sua incapacidade de gerir as demandas populares por canais mais democráticos de interlocução entre a sociedade e o Estado. Portanto, ao deixar intocada essa estrutura política não há possibilidade de se responder efetivamente às demandas que surgiram das ruas, no sentido de romper com os meandros que impossibilitam a existência de uma pluralidade democrática enquanto condicionante da forma de se constituir a política.

O sistema político em sentido estrito surge nela como a ponta de um *iceberg*, o protagonista que sintetiza o que há de perverso no todo. A perversão sistêmica tornou-se mais grave no decorrer dos últimos 15 anos, justamente quando os grupos dirigentes passaram a ser integrados por quadros e políticos do PT. O fato mesmo de terem sido esses grupos a sacramentarem a continuidade do modelo econômico e das alianças com os setores dominantes – mediante um arranjo que envolve partidos, sindicatos,

associações estudantis, intelectualidade, ONGs e uma miríade de entidades de representação –, bem como a reproduzir as bases do clientelismo, do patrimonialismo e da corrupção, funcionou como elemento adicional de frustração e indignação, que só fez aumentar na medida em que foi ficando claro que persistiam, muitas vezes de modo ampliado, os privilégios das grandes empresas, a impunidade dos mais ricos, os gastos exorbitantes e sem critérios claros, o enriquecimento dos dirigentes políticos. Tudo isso foi como gasolina no fogo e facilitou a disseminação das chamadas revoltas. As ruas não tiveram outra opção a não se revoltar contra tudo e todos. (NOGUEIRA, 2013, p. 35).

Portanto, ambos os autores relacionam as manifestações de junho de 2013 ao próprio sistema político, como visto acima, e ao desejo de se participar e modificar a estrutura política tal qual ela é materializada atualmente. O grande entrave se constitui nas respostas pouco efetivas que foram dadas pelo governo federal, que optou por apresentar medidas para administrar os conflitos oriundos das ruas sem tocar nos interesses pactuados que impossibilitam a abertura de uma efetiva participação popular na instrumentalização da democracia brasileira. Assim, o que ocorreu em junho seria uma explosão heterogênea de vozes e demandas que apontam para as limitações e o distanciamento de um sistema político institucional que contradiz em sua lógica de funcionamento as aspirações advindas da sociedade.

## CAPÍTULO 2 – NEOLIBERALISMO E O “DESMANCHE” DO BRASIL

O processo de hegemonia do neoliberalismo e destituição da política enquanto espaço público, no qual os diversos sujeitos podem intervir em condições de igualdade, com possibilidade de incidir nas estruturas de poder do estado brasileiro em sua forma atual, remete há um breve esboço do Neoliberalismo<sup>22</sup>, como necessidade de um diagnóstico comparativo de como esta ideologia na gestão do Estado pelo Capital vai se desenvolver na particularidade brasileira.

### 2.1 O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO

Na década de 1970, depois de um longo período de crescimento capitalista, o mundo foi atingido pela crise do petróleo, fazendo com que o sistema capitalista passasse por uma longa e profunda recessão, com aumento das taxas de inflação combinado às baixas taxas de crescimento. Os movimentos de reivindicação ganham mais força ainda por conta da diminuição do poder aquisitivo, estagnação dos salários, decadência da política de bem-estar social etc. Com isso, o modelo de Estado Social que defendia uma presença do Estado na regulação dos mercados econômicos, com um desenvolvimento econômico ligado ao retorno social, passa a ser questionado e duramente criticado pelos defensores do neoliberalismo, como culpado pelas altas taxas de inflação e os baixos índices de crescimento (HARVEY, 2005).

Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. [...] Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pélerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontrava-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter dEupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pélerin, uma

---

<sup>22</sup> Para uma análise do neoliberalismo, ver Saad Filho (2003), Saad Filho e Johnston (2005) e Saad Filho e Yalman (2010). SAAD FILHO, A. *Reflexões sobre a crise do neoliberalismo*, Versus 1 (2), pp.36-43, 2009. SAAD FILHO, A. *Crisis in neoliberalism or crisis of neoliberalism?*, Socialist Register, [www.socialistregister.com](http://www.socialistregister.com). 2011. SAAD FILHO, A.; JOHNSTON, D. *Neoliberalism: a critical reader*, Londres: Pluto Press, 2005.

espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995, p. 9-10).

Com isso, muitos economistas de mercado passam a aparentemente defender o fim da intervenção do Estado na economia, tendo no livre-mercado com livre concorrência, a mão invisível do Estado. Friedrich Hayek e Milton Friedman, foram os principais críticos da intervenção do Estado na vida social, como visto acima. Porém, só aparentemente defendiam o fim da intervenção na economia, fato levantado por Foucault (2008) que verificou como a característica principal do neoliberalismo seria fazer com que o Estado intervisse na economia para propiciar que essa funcionasse sem qualquer tipo de barreira. Sendo assim, para Foucault (2008), o neoliberalismo seria certa forma de fazer com que o Estado esteja subordinado aos mecanismos de expansão da economia de mercado, logo, o Estado se mantém fortemente intervencionista. Porém, para fazer com que a economia e o mercado estejam acima dos espaços de vida social,

o Neoliberalismo não vai portanto se situar sob o signo do *laissez-faire*, mas, ao contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente. [...]

[...] e reuniu-se em Paris um colóquio [...] E o secretário-geral desse congresso é [...] Raymond Aron. É no decorrer desse colóquio que se definem [...] as propostas específicas e próprias do neoliberalismo. É nele que um dos participantes, não me lembro mais quem, propõe como nome para esse neoliberalismo que se estava procurando formular a expressão bem significativa “liberalismo positivo”. Esse liberalismo positivo é, portanto, um liberalismo intervencionista. É um liberalismo de que Ropke, na *Gesellschaftskrisis*, que publicará, aliás, pouco tempo depois do colóquio Lippmann, diz: “A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante.” E vocês encontram em todos os textos dos neoliberais essa mesma tese de que o governo num regime liberal é um governo ativo, é um governo vigilante, é um governo intervencionista, e com fórmulas que nem o liberalismo clássico do século XIX nem o anarcocapitalismo americano poderiam aceitar. Eucken, por exemplo, diz: “O Estado é responsável pelo resultado da atividade econômica.” Franz Bohm diz: “O Estado deve dominar o devir econômico”. Miksh diz: “Nessa política liberal” – essa frase é importante – “é possível que nessa política liberal o número das intervenções econômicas seja tão grande quanto numa política planificadora, mas sua natureza é diferente.” Pois bem, creio que temos aqui, nesse problema da natureza das intervenções, um ponto a partir do qual poderemos abordar o que há de específico na política neoliberal (FOUCAULT, 2008, p. 182-184).

Este seria o pressuposto básico levantado por Foucault à época que – como exemplo mais próximo pode-se pensar a última grande crise do Capital iniciada em 2008 nos EUA – teve o Estado enquanto intervencionista com depósito de bilhões de dólares por parte deste para salvar empresas e bancos privados, por um lado, e fechamento de postos de trabalho, privatizações de serviços básicos de saúde, contrarreformas da previdência social com aumento da idade de contribuição previdenciária, diminuição de direitos sociais etc., por outro lado. A intervenção visa estabelecer que na relação Capital-Trabalho, o primeiro possa ser salvo de qualquer possibilidade de paralisia.

Logo, o modelo neoliberal rompe com o estado de bem-estar neste sentido, de retorno do mundo econômico à vida social. Assim, o Neoliberalismo passa a ser considerado o principal agente de transformação, reduzindo os gastos sociais, estabilizando a moeda, restaurando o caráter de naturalidade com as taxas de desemprego, aumento de impostos, câmbio flutuante, privatização do Estado etc. (HARVEY, 2005). Um dos primeiros exemplos dessa política se deu com a ditadura chilena sobre o comando do general Pinochet, no início dos anos 1970, e seguiu com . de Margareth Thatcher, no final dos anos 70, e o governo Reagan nos EUA, no começo dos anos 1980 (KLEIN, 2008).

Estes governos tinham como marca a busca da estabilidade financeira com os aumentos das taxas de juros, liberdade de circulação monetária, afastamento das políticas de bem-estar social, diminuindo os gastos do Estado, contrarreformas do Estado na Educação, nas legislações trabalhistas e sindicais, previdência social, transformação dos direitos sociais em serviços, flexibilização do trabalho, terceirização, informalidade, precarização do trabalho etc. (ANDERSON, 1995; KLEIN, 2008; WALLERSTEIN, 2001). Ainda segundo Naomi Klein (2008), essas mudanças ganham um caráter de implementação em momentos de crises, como cenário apropriado para suas práticas.

Num de seus mais influentes ensaios, Friedman elaborou em termos teóricos a tática nuclear do capitalismo contemporâneo, que eu aqui denomino de doutrina do choque. Ele observou que “somente uma crise” – real ou pressentida – produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável”. [...] Milton Friedman aprendeu a explorar os choques e crises de grande porte em meados da década de 1970, quando atuou como conselheiro do ditador chileno, o general Augusto Pinochet. Enquanto os chilenos se encontravam em estado de choque logo após o violento golpe de Estado, o país sofria o trauma de uma severa hiperinflação. Friedman aconselhou Pinochet a impor uma reforma econômica

bastante rápida – corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, corte nos gastos sociais e desregulamentação. Em alguns casos, os chilenos viram até mesmo suas escolas públicas serem substituídas por escolas privadas mantidas por créditos estudantis emitidos pelo governo na forma de vouchers. Foi a estratégia mais extrema de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar, e ficou conhecida como a “revolução da Escola de Chicago”, pelo fato de que muitos economistas de Pinochet tinham estudado sob a orientação de Friedman na Universidade de Chicago. Friedman previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica iriam provocar, no público, reações psicológicas que “facilitariam o ajuste”. Ele cunhou uma frase para essa tática dolorosa: “tratamento de choque” econômico. Desde então, sempre que os governos decidem impor programas radicais de livre mercado, o tratamento de choque imediato, ou a “terapia de choque”, tem sido o seu método preferido (KLEIN, 2008, p. 15-17).

## 2.2 A CRISE E ALGUNS APONTAMENTOS

“Demorei algum tempo – talvez tempo demais – para perceber as dimensões do perigo. É hora de um resgate abrangente”. (Martin Wolf, editor de economia do The Financial Times, oráculo do neoliberalismo, pede que o Estado compre o mercado. Todo o mercado).

O capitalismo entra em crise, sobretudo, quando não consegue manter suas taxas de lucratividade. Os resultados com isso são: diminuição na fabricação de produtos, os bancos passam a não receber suas dívidas já que os consumidores não têm como pagá-las, esses diminuem seu poder de compra fazendo com que empresas tenham seus índices de produção em queda, aumento das demissões para manter a taxa de lucro etc. Esta lógica de funcionamento e crise é inerente ao próprio sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2010). A novidade da crise que o capitalismo apresenta na atualidade, segundo o autor, compreende quatro aspectos centrais:

1. Seu caráter é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
2. Seu *alcance* é, de fato, *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
3. Sua *escala de tempo* é extensa, contínua – se preferir, *permanente* – em lugar de limitada e *cíclica* como foram todas as crises anteriores do capital; e
4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria – agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições – perder sua energia.

Seria tolo ao extremo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e eficácia decrescente é uma medida apropriada da gravidade da crise estrutural que se aprofunda (MÉSZÁROS, 2006, p. 795-796, grifo do autor).

A crise atual teve seus primeiros indícios no coração do próprio sistema capitalista, Estados Unidos da América, com a quebra de bancos que operavam o sistema de créditos imobiliários e automobilísticos. Num primeiro momento, os especialistas do sistema afirmavam ser apenas uma crise cíclica, focalizada, assim como tantas outras, e que logo seria dilapidada. Porém, com o tempo a crise foi se alastrando não apenas em toda economia americana, mas sim de forma globalizada. A crise desemboca num processo amplo de desdobramentos no espaço da vida social, econômica, ambiental, política. Nas últimas décadas, tiveram algumas crises cíclicas e focalizadas, como foi o caso da crise financeira do leste asiático, que começou no verão de 1997; a crise econômica Argentina de 1999 – 2002; e, sobretudo, a crise dos empréstimos hipotecários que começou nos Estados Unidos em 2006 e agora se tornou a maior crise financeira do pós-guerra (MÉSZÁROS, 2006).

Ainda dentro deste esboço da crise para se pensar o neoliberalismo no tempo presente, Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014) afirmam que aqueles que administram os caminhos do capitalismo “perderam o controle de sua própria mágica”, o que seria um desembocamento dos próprios processos internos aos Estados Unidos em desequilíbrio, como sua incapacidade de gerir os altos índices das dívidas dos domicílios e o déficit comercial de Washington. Estar-se-ia diante de uma crise de longa duração, visto que, passados seis anos de seu início, os diagnósticos e soluções para enfrentá-la ainda partem de uma mesma base daquilo que levou a entrar em crise, ou seja, a própria base do neoliberalismo.

Os primeiros sinais da crise atual foram observados durante o verão de 2007. Em setembro e outubro de 2008 a crise entrou em sua fase mais violenta, com o colapso das grandes instituições financeiras nos Estados Unidos, com os primeiros passos da recessão, e com a exportação da crise para o resto do mundo. No segundo trimestre de 2009, a contração da produção atingiu seu ápice nos Estados Unidos, observando-se a partir de então uma recuperação gradual do PIB. Para a maioria dos analistas que escreviam em 2010, a crise pertencia ao passado. Contudo, em agosto de 2011, ou seja, exatamente quatro anos depois dos primeiros sintomas da chegada do tumulto, o aumento da dívida dos governos parece insustentável, em particular, nos Estados Unidos e na Europa. E, uma vez que os déficits jogam um papel crucial na continuidade da recuperação, previsões pessimistas são feitas sobre os próximos meses e anos, em uma nova atmosfera.



Nosso trabalho anterior “The Crisis of Neoliberalism” analisa uma série de eventos até o final de 2009. Nesse trabalho, defendemos que a crise, apesar dos primeiros sintomas de recuperação do PIB, ainda não estava acabada. Esse diagnóstico foi baseado na observação de que muitos dos fatores subjacentes à crise ainda estavam presentes. A crise chegou ao mundo com uma configuração especial – o encontro implacável entre a fragilidade financeira global e o caráter insustentável da trajetória macroeconômica dos Estados Unidos – e foi desencadeada pela dívida das famílias. Esse episódio está acabado, mas importantes tensões ainda permanecem e estão próximas de provocar um novo colapso. Os próprios mecanismos de combate à crise estão sujeitos a ameaças. As transformações do capitalismo que poderiam ter sido esperadas – e são fundamentais se a classe superior dos Estados Unidos quer manter seus rendimentos e seu poder em todo o mundo – não foram realizadas. Assim, torna-se cada dia mais claro que o colapso de instituições financeiras e a queda da produção em 2008 devem ser entendidos como uma primeira fase de perturbações em uma longa série de eventos. A perturbação seguinte já está em andamento na atual crise das dívidas soberanas. A partir de agosto de 2011, a lenta recuperação da produção parece alcançar seus últimos momentos, possivelmente o primeiro passo na direção de um novo declínio do PIB (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 1-3).

Os autores acima, em seu livro *A crise do neoliberalismo* (2014), vão analisar o neoliberalismo, do ponto de vista estrutural da história da globalização, a partir dos anos 80, sobretudo nos mais diversos campos como financeirização econômica, reestruturação produtiva, luta de classes, dentre outros meandros que cercam o tema. O livro traz ainda um levantamento de dados acerca deste histórico e profundo processo, como a queda dos investimentos na indústria e o crescimento da dívida interna dos Estados Unidos, demonstrando o difícil caminho para saída da crise, sobretudo porque essa seria produto das próprias contradições do desenho neoliberal, logo suas análises centram-se no campo da estrutura do neoliberalismo, de forma criteriosa para análise da atual crise global do sistema capitalista (DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

## 2.3 O NEOLIBERALISMO E O BRASIL

Os aprofundamentos das mobilizações que tomaram o final dos anos 1970 e anos 1980 no Brasil com a luta pela democracia puderam representar minimamente a possibilidade de projetos de ruptura com a tradição conciliatória na política brasileira, tendo no surgimento de diversos instrumentos de classe que passaram a disputar a hegemonia de um projeto de nação por dentro da Sociedade Civil, uma oposição aos projetos de “modernização conservadora” conduzida pelo alto, como condicionante do próprio desenvolvimento do capitalismo (OLIVEIRA; RIZEK, 2007; PAULANI, 2007).

Este processo de disputa de projetos, ou em termos gramscinianos, esta retomada da “Grande Política”<sup>23</sup>, possibilita enxergar as experiências sociais dos anos 1980 enquanto probabilidades reais de ruptura com a tradição política brasileira em sua forma estruturalmente conservadora, como já remontou-se no capítulo anterior, em que o processo de fortalecimento da “sociedade civil” apontou para possibilidade de se romper com a blindagem do sistema político brasileiro, que excluía qualquer possibilidade de mudanças com protagonismo popular (OLIVEIRA; RIZEK, 2007) .

Porém, ciente do cenário conjuntural que assinalou esse período, as bases lançadas com a transição democrática dirigida pelo alto escalão da ditadura burgo-militar mostraram-se capazes de frear qualquer possibilidade de ruptura com protagonismo popular. Para tanto, foi central nesse processo o papel cumprido pelos setores progressistas e conservadores que migraram dos partidos que davam sustentação ou faziam oposição à ditadura para construção do PMDB, colocando-se enquanto grande frente em defesa da democracia institucional pactuada, visualizados, por exemplo, nas candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney à presidência da república, com amplo apoio dos mais diversos setores, seja os militares e civis ligados à ditadura, ou boa parte dos setores que faziam oposição à ditadura. Este quadro é mais um capítulo de uma transição política no Brasil sem rupturas radicais, típica de nossa particularidade histórica constituída através dos pactos conciliatórios (FERNANDES, 2006; 2007).

Como já mencionado, as eleições de 1989, representadas em certa medida pela candidatura do PT em oposição ao pacto conciliatório de nossa transição democrática, são lidas como um processo único na história política contemporânea do Brasil, visto que se identificou esse período histórico enquanto exemplo concreto de dois projetos de sociedade distintos, amparados em forças sociais antagônicas (MENEGAT, 2012; SECCO, 2011).

Contudo, após o apogeu e a sua grande derrota, nas eleições presidenciais de 1989, o PT entrou num processo defensivo de resistência em que a sua base social foi desconstruída. As grandes montadoras do ABC paulista, o setor metalúrgico nacional, os bancários e tantas outras categorias fundamentais na sua fundação passaram por processos agressivos de reestruturação produtiva. [...] Para a classe trabalhadora foi um período de grandes perdas, que poderiam

---

<sup>23</sup> A *Grande Política* compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A *Pequena Política* compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, 2003, p. 21, grifo nosso).

ter sido muito maiores não fosse o longo processo de acúmulo de forças que realizara na década anterior (MENEGAT, 2012, p. 42).

Fechado este ciclo de expansão das forças sociais de esquerda que buscavam irromper e modificar radicalmente a estrutura da evolução política brasileira, iniciou-se um longo caminho de novos contornos que buscaram desestruturar e dissolver todas as possibilidades que poderiam levar a estrutura política brasileira a processos de radicais rupturas. É diante desse cenário que surge o florescer das políticas neoliberais no Brasil (PAULANI, 2007).

Para Paoli e Rizek (2007), é a partir dos anos 1990 que vamos ter o início da era do neoliberalismo no Brasil, e com isso uma série de medidas que modificam drasticamente a relação capital-trabalho também internamente. Com o fim da ditadura burgo-militar no Brasil, abre-se a possibilidade de uma democratização e republicanização do país, quando, a partir da política, vislumbra-se a concretização do fortalecimento dos espaços da sociedade civil. Os anos 90 foram marcados pelo desmonte dessa fase que marcou o período de pressão popular pelo fim da ditadura e o ascenso da sociedade civil nos anos pós-ditadura no Brasil.

Passamos a verificar a retirada da centralidade do Público. Se com o fim da ditadura, criou-se a possibilidade de republicanização da nação, com os anos 90 vamos viver o fim dessa possibilidade. As questões públicas são decididas de forma privada e privadamente o público passa a ser escamoteado. [...] Esclarecer a dinâmica contraditória e o impacto das políticas econômicas neoliberais sobre o espaço social e político brasileiro, de desarticulação das garantias e direitos sociais, de decomposição das possibilidades de diferentes atores que negociarem e proporem alternativas políticas para além do que estivesse já definido (PAOLI; RIZEK, 2007, p. 7-8).

O processo de privatização do Estado brasileiro nos anos 90, sob a égide do neoliberalismo, tem início com o governo de Fernando Collor, em que, apesar do curto mandato, tivemos os catalisadores iniciais de um longo período de aprofundamento da ofensiva conservadora, no qual o “desmonte do Estado” esteve como centro das principais medidas sucessivas de seu governo, consequência da retórica necessidade de inserir o país na modernidade. Para isso, tem-se como central adotar, dentre outras medidas, um modelo de privatização do Estado, onde os espaços públicos são subordinados aos espaços privados, as empresas públicas estratégicas deixam de ser estatais e as questões de ordem pública são privadamente decididas (OLIVEIRA, 2007; PAULANI, 2007).

Dentre as medidas, podemos citar “o enxugamento da liquidez, redução do déficit público, a ‘modernização’ privatista do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país” (ANTUNES, 2004, p. 10).

Ratificando as teses mencionadas no ideário neoliberal através de Foucault (2008), percebe-se claramente o papel de um Estado intervencionista.

Antunes (2004) segue seu raciocínio mencionando que em nenhum momento esta nova agenda toca nos interesses das classes dominantes, pois as políticas econômicas e seu padrão de acumulação permanecem intocáveis, não sofrendo nenhum tipo de modificação que vise à superação de uma política de arrocho salarial, superação da miséria e reforma agrária, ou ainda uma agenda de desprivatização do Estado, tendo assim um conjunto de medidas que poderiam minimamente interessar aos setores da classe trabalhadora brasileira, e que são ofuscados, ou marginalizados, em prol de uma política de fragilização do Estado brasileiro, sobre o escopo da necessária flexibilização e “reformas” apresentadas (ANTUNES, 2004).

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticas, que não sabem por onde caminhar (ANTUNES, 2004, p. 17-18).

## 2.4 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL ENQUANTO “CONTRARREFORMA”

A ideia de revolução passiva está relacionada ao fato da existência de um processo no qual as classes dominantes, ao se sentirem pressionados pelas demandas populares, aderem à parte de suas demandas num processo de mudanças pelo alto, como no exemplo da transição que marcou o fim da ditadura militar, pactuada e dirigida pelos mesmos setores que eram dirigentes da ditadura militar no Brasil, mas que aderiam a algumas demandas populares por meio de reformas e benefícios. Já com a ideia de contrarreforma, esse momento de adesão às demandas populares acaba sendo suprimido, e se torna preponderante o momento do velho, da pura restauração sem renovação (GRAMSCI, 2002; SEMERARO, 2012).

Ainda segundo Gramsci, existe uma tentativa de ressignificação ao avesso da terminologia “reforma” e seu significado. Ou seja, mantém-se o mesmo termo que é carregado de um sentido “positivado” para a história do movimento operário e ressignifica o seu

significado, que ao invés de se referir às conquistas sociais para as classes desfavorecidas, constitui o seu avesso, ou seja, retirada de direitos sociais estruturais e historicamente conquistada pela classe trabalhadora (COUTINHO, 2008; BEHRING, 2008).

[...] Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples “restauração”, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma “revolução-restauração”. Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma “combinação entre o velho e o novo”. Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações” – mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, como diz Gramsci –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado. Uma outra importante observação de Gramsci refere-se ao fato de que a contrarreforma não se define como tal, como um movimento restaurador, mas – tal como o faz o neoliberalismo de nossos dias – busca apresentar-se também ela como uma “reforma” (COUTINHO, 2008, p. 97-98).

Para demonstrar esta perspectiva de contrarreforma, nos valem de alguns números das privatizações no Brasil, que demonstram claramente este processo de refuncionalização do Estado brasileiro, e seu papel intervencionista de regressão social, em que de forma conservadora perde-se a soberania nacional e vão-se esgotando as possibilidades de rupturas com um sistema político blindado ante as possibilidades de transformações estruturais por meio de composições do espaço público. Significa dizer que esta impossibilidade de rupturas políticas e econômicas trava o processo de redemocratização do país e suas instituições.

Vejamos alguns casos emblemáticos destes processos de privatização: 1) No setor telefônico, antes de sua venda, houve investimento de cerca de 21 bilhões de reais, aproximadamente num período de dois anos, e esse setor foi vendido por um total de 8,8 bilhões de reais. 2) A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi paga com cerca de 95% de “moedas podres”, 1,01 bilhão financiado em 12 anos pelo BNDS, que seriam os títulos desvalorizados, ou seja, aquilo que o governo deixa de arrecadar. 3) Com a venda da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), foi assumido por parte do governo um total de 1,5 bilhões em dívida, mais um total de 400 milhões de reais, responsável pelo atraso de pagamentos de ICMS. Pela venda o governo recebeu um total de 300 milhões (BIONDI, 2003, p. 08-14).

Observemos a tabela a seguir com determinados dados acerca de algumas das privatizações de estatais no Brasil:

Tabela 1 – Dados de privatizações de estatais no Brasil

<b>Estatal</b>	<b>Valor</b>
Telesp	4,96 bilhões
Vale do Rio Doce	3,13 bilhões
Telesp Celular	3,07 bilhões
CPFL (energia, São Paulo)	3,01 bilhões
Tele Norte Leste	2,94 bilhões
Light (Rio de Janeiro, distribuidora)	2,35 bilhões
Embratel	2,35 bilhões
Usiminas	1,94 bilhões
Eletropaulo Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhões
CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	1,49 bilhões

Fonte: Biondi (2003).

O governo utilizava como argumento que arrecadaram com saldo de cerca de 85,2 bilhões de reais com as privatizações de empresas federais e estaduais, porém, não se menciona que estas vendas foram divididas pelos seus compradores em muitas das vezes em longo prazo, os pesados investimentos que os governos fizeram antes do processo de entrega do patrimônio soberano, as dívidas das empresas repassadas pelos compradores para o Estado, a demissão de milhares de trabalhadores realizada pelos governos antes das privatizações, ficando responsável pelo pagamento de indenizações e direitos trabalhistas, os bilhões deixados em caixa nas empresas privatizadas etc. (BIONDI, 2003).

A política de vender as estatais a preços de banana não está sendo abandonada. Ao contrário. Basta lembrar que, no começo de 1999, houve o leilão das concessões das “empresas espelhos” para a telefonia, isto é, para a escolha das empresas que vão concorrer com as ex-estatais. O governo previa um preço mínimo de 1,25 bilhão de reais. Apurou um décimo, ridículos 125 milhões. E bateu o martelo. Bom para os “compradores”.

[...]

O governo diz que arrecadou 85,2 bilhões de reais com as privatizações. Mas contas “escondidas” mostram que há um valor maior de 87,6 bilhões de reais, a ser descontado daquela “entrada de caixa”. E note-se: esse levantamento é apenas parcial, faltando ainda calcular itens importantes, mencionados acima, como gastos com demissões, perdas de Imposto de Renda, perda dos lucros das estatais privatizadas etc. por isso mesmo, deixam de ser levados em conta nos cálculos os “juros” sobre o dinheiro, em moeda corrente, efetivamente recebidos pelo governo. O balanço geral mostra que o Brasil “torrou” suas estatais, e não houve redução alguma na dívida interna [...] (BIONDI, 2003, p. 47-68).

Todo este processo de privatização ainda se agrava pela perda dos direitos do trabalho, sobretudo se pensarmos a partir de um país que é secularmente nefário com esta parte social. Um exemplo deste agravamento se daria com a chamada “Reforma” da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, na qual, entre outros mecanismos, houve uma substituição do

tempo de trabalho pelo tempo de contribuição, acarretando em perdas enormes para o conjunto da classe trabalhadora.

Temos aqui mais um claro sinal do significado já abordado da semântica “reforma” em tempos de neoliberalismo, em que os direitos sociais conquistados são dilapidados pela lógica do capital. Logo, estaríamos diante de mais um exemplo de “contrarreforma” enquanto mecanismo que estrutura a lógica do neoliberalismo no espaço da relação capital-trabalho (OLIVEIRA, 2007; ANTUNES, 2004; PAULANI, 2007).

Esta mesma lógica continua existindo com a “Reforma” da Previdência do governo Lula, em que permanecem os caminhos de retirada de direitos historicamente conquistados e consolidados. Em vez de uma reforma que amplie esses direitos tendo um caráter universal e de ordem pública, vamos ter o seu avesso, seguindo a máxima de escamoteamento do público em prol do espaço privado da previdência, beneficiando os fundos de pensão. Reforma, neste sentido, significa a desconstrução das conquistas via reformas no Brasil, mesmo essas sendo realizadas pelo alto, mediante pressão das camadas populares, e “outorgadas” pelas classes dirigentes, como já foi mencionado. Toma-se, neste sentido, uma perspectiva de avesso, ou seja, a reforma da previdência realizada pelo Neoliberalismo se constitui às avessas (OLIVEIRA, 2007; ANTUNES, 2004).

Uma verdadeira reforma da previdência, universal e pública, que beneficie milhões de trabalhadores do mundo privado, que incorpore [...] que se encontram na informalidade, que não seja privatista, teria que partir da experiência pública existente no Brasil, torná-la mais equânime e mais justa, eliminando as distorções dos altos salários em benefício de uma ampliação da previdência pública para todos, sem fundos privados de pensão, que frequentemente, como estamos vendo nos Estados Unidos, na Argentina e também no Brasil, quando entram em falência, prejudicam os pensionistas, que ficam sem nada. Essa seria a verdadeira reforma da previdência, que se esperava do Governo Lula e que somente poderia se feita junto com os funcionários públicos [...] (ANTUNES, 2004, p. 147-148).

Temos neste mapeamento de algumas nuances dos significantes práticos das políticas neoliberais no Brasil com as privatizações e reformas às avessas – ou no sentido gramsciniano de “contrarreformas” – um quadro que nos possibilita enxergar como foram sendo modificadas as estruturas institucionais do país que incidiram diretamente, seja na relação capital-trabalho, seja na dinâmica do espaço da política. Se anteriormente a política já se relacionava com a esfera econômica de forma subordinada, temos agora, segundo Oliveira (2007), um total quadro de irrelevância frente as possibilidades de mudanças estruturais que visem criar mecanismos de participação popular e aprofundamento da democracia. O projeto político do Neoliberalismo,

neste sentido, é tomado como uma blindagem e um escamoteamento das possibilidades de modificação das estruturas sociais do país, visando sim um processo de restauração sem renovação (OLIVEIRA, 2007; COUTINHO, 2008).

## 2.5 O SENTIDO REGRESSIVO DO NEOLIBERALISMO: DEMOCRACIA E POLÍTICA ÀS AVESSAS

Pensando o espaço político, teríamos como resultado desta estrutura neoliberal o fechamento e a consolidação do fim das grandes divergências, em que os que possuem parte – a partir do poderio econômico – destituem aqueles que não possuem parte, de lutarem dentro da arena do campo político (RANCIÈRE, 1996). Não existe diferença nem conflito, todos buscam o mesmo destino:

Todos os partidos aspiram a ser “partidos-ônibus”, todas as candidaturas aspiram congregar todos, como se não houvesse classes, suas divisões, seus antagonismos, interesses às vezes irreconciliáveis [...] Os programas são parecidíssimos porque todos estão pautados pela herança do desastre do neoliberalismo de FHC, e todos buscam representar o irrepresentável: a burguesia nacional, que já não manda; o capital financeiro, que é o obstáculo ao desenvolvimento e que já se desligou de qualquer representação de classe e cujos interesses *promovem* a exclusão, a classe trabalhadora, cujos recursos políticos foram grandemente danificados no período neoliberal. O que resta é um público indiferenciado, reduzido à condição de espectador-consumidor dos programas de televisão e da *expertise* dos marqueteiros (OLIVEIRA, 2007b, p. 40-41, grifo do autor).

Aqui, é partindo desta perspectiva que nos apropriamos da ideia de “política” desenvolvida por Rancière (1996), em que ele aponta a política como um espaço ontológico de criação dos conflitos e dissensos, no qual os seres destituídos de direitos universais buscam não somente ser reconhecidos enquanto cidadão na *polis*, mas também reivindicar a parte dos que têm parte para aqueles que não possuem parte (RANCIÈRE, 1996). Esta noção de política é apropriada no Brasil, sobretudo contemporaneamente, pelos trabalhos da Sociologia política uspiana (OLIVEIRA, 2007; 2010; PAOLI; RIZEK, 2007) que nos ajudam a compreender a política enquanto espaço de reparação e correção das assimetrias de poder criadas em nossa sociedade:

Os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre os quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não



significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. É evidente que o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política (OLIVEIRA, 2007b, p. 15).

Ou seja, para Rancière (1996) toda atividade política é dotada de conflito entre as “partes” reivindicativas que, em torno do jogo do embate entre os diferentes, buscam vencer os conflitos que são próprios do jogo político. A destituição da política é verificada justamente quando uma das partes é suprimida do espaço político, configurando a política agora enquanto espaço de consensos, destituindo-a de seu sentido. Este é o quadro que Oliveira (2007; 2010) compreende ter chegado a política brasileira na contemporaneidade, em que o sentido regressivo é a sua própria forma de se blindar ante qualquer possibilidade de mudança.

Com esta perspectiva analítica, faz-se necessária uma rápida reflexão sobre como pensar a democracia em sua relação com os espaços da política, economia e suas transformações.

1) Percebemos que a palavra “democracia” foi resignificada ao longo dos tempos, sofrendo processos de reapropriação e reaplicação em seus diferentes períodos históricos. Conceituada em seu sentido literal enquanto participação popular nas decisões da *polis*, com o passar dos tempos e o advento das revoluções burguesas tornou-se sinônimo de forma de governo, passando a ser usada como adjetivo para apresentar o governo como aberto ou não à participação popular: “A democracia permite às populações votarem para decidir quem deverá governá-las e, dadas certas condições, pode ajudar a gerar bons líderes políticos” (GIDDENS, 1996, p. 296). Verifica-se, no pensamento liberal, uma formulação da democracia enquanto espaço que limita a participação popular, seu papel estaria restrito ao ato de escolher bons governantes.

2) Já o sentido da democracia moderna, segundo Bobbio (2004), perpassaria em seus pressupostos básicos a manutenção histórica do seu significado. Ou seja, governo que emana do povo e para o povo, seja ele exercido de forma direta – como em sua forma antiga –, seja exercido de forma indireta – como temos majoritariamente com o advento do Estado Moderno.

Para tanto, tomando as interpretações sobre democracia para melhor posicionarmos a reflexão proposta, surge a seguinte inquietação: se numa “democracia representativa” os parlamentares devem prestar conta ao povo soberano de sua nação, como entender o processo de prestação de contas que tais parlamentares precisam prestar aos seus financiadores, tendo em vista que num Estado regido pela ótica capitalista, sobretudo em sua fase de hegemonia do

neoliberalismo, esses financiamentos pressupõem como resposta a defesa de seus interesses privados.

Estas inquietações sumamente nos remetem à reflexão lançada por Wood (2003) quando afirma ser paradoxal a relação entre capitalismo e democracia, pois, com o processo de “mercantilização da democracia” é necessário apontarmos a necessidade de sua “desmercantilização” como fundamental para o fortalecimento do espaço público da política enquanto condicionante democrático não subordinado às regras mercadológicas do espaço econômico. Afirma a autora:

[...] Se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida (WOOD, 2003, p. 8).

Logo, seguindo a lógica do fundamento literal da democracia (BOBBIO, 2004; WOOD, 2003) o que se verifica diante do estado atual é uma “democracia” sob jugo dos imperativos do poder econômico. Não existindo uma democracia governada pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado frente aos dos imperativos do ganho e da acumulação. Sendo assim, teríamos um capitalismo que limita a democracia ao seu estado formal. Igualmente, a política se torna um campo irrelevante ao perder a sua força, sua autonomia, frente aos processos de mercantilização das dinâmicas impostas pelo neoliberalismo (WOOD, 2003).

Em suas investigações analíticas sobre democracia e liberalismo, Losurdo (2004) pontua que a democracia para o liberalismo não seria um valor uno, essencial, inquestionável, que precisa ser defendido a todo custo. Diferentemente, o autor afirma que para as correntes liberais seria uma relação de “custo/benefício” e limitada ao seu estado formal, desempenhando um bom papel para o avanço das atividades econômicas, passando a ser defendida pragmaticamente:

Há autores que sustentam, com boas razões, que as democracias ocidentais não são verdadeiras democracias, mas regimes bonapartistas. Nesse sistema político, os governos são legitimados por sufrágio universal, mas o poder governamental tende a ser exercido imperialmente, a despeito da vontade dos eleitores (LOSURDO, 2004).

Percebe-se que os autores que caracterizam uma teoria elitista da democracia partem da noção de destituição do conflito enquanto elemento da própria política democrática. Por exemplo, o conflito de classes seria um obstáculo para a estabilidade democrática, visto que ele é encarado como patologia a ser reprimida e eliminada, pois o conflito é visto enquanto obstáculo para a estabilidade democrática (VITULLO, 2007). Ainda seguindo os apontamentos deste autor, a baixa participação dos sujeitos na *polis* é encarada como necessidade para se evitar o conflito, mantendo uma estabilidade democrática enquanto dependente da apatia dos cidadãos. Vitullo se opõe a esta visão afirmando que:

A democracia não é somente diálogo, deliberação, ética da palavra e consenso. Se excluirmos de nossa definição o conflito, tropeçaremos com um consenso forçado, que reprime, que oculta, que nega as contradições, as disputas, os interesses, os valores e as diferentes visões do mundo que, mesmo sob a superfície, sempre continuarão existindo. [...] Não podemos em nome do consenso, do equilíbrio, da moderação, da viabilidade, da governabilidade e da estabilidade, eliminar todo conflito, toda posição crítica ou toda forma alternativa de entender e de exercer a democracia (VITULLO, 2007, p. 74).

Portanto, dentro deste mapeamento reflexivo acerca da lógica de funcionalidade “democrática” do capitalismo contemporâneo, temos um enquadramento da política enquanto “campo”<sup>24</sup> sem autonomia, irrelevante, colonizado, anulado, que tem como única função gerir de forma intervencionista os negócios lucrativos ao espaço do Capital (OLIVEIRA, 2007; VITULLO, 2007; WOOD, 2003). A relação determinante entre financiamento privado de campanhas e ganhos eleitorais se torna, no cenário político atual, quase que um status normativo do processo eleitoral, em que para adentrar no jogo político almejando sucesso eleitoral é necessário se enquadrar dentro do “jogo” e suas “regras”. Ou seja, estar “acorrentado” aos ditames dos poderes econômicos em seu ritual que envolve promessas, trocas, barganha e comprometimento, em que aqueles que não participam, não buscam ou não têm condições de se inserir nesta lógica, dificilmente alcançam êxito eleitoral. “O partido, se não quer se ver excluído do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes tão exclusivas” (BOURDIEU, 2010, p. 184).

---

<sup>24</sup> Pensar em campo, nos remete a pensar espaços de lutas e conflitos que envolvem os dominantes e os dominados. Para Bourdieu (2010), o campo é entendido como “lugar” de conflitos onde se verifica as posições que os agentes estão inseridos socialmente, em elo com a quantidade de capital que os atores possuem. Ou seja, é a quantidade de capital, aliada ao tipo de capital, que vai determinar onde estão inseridos hierarquicamente os atores dentro dos campos sociais, em suas estruturas hierárquicas. Sendo assim, no campo artístico, científico, econômico, político, possuem posição privilegiada aqueles que possuem maior quantidade desses capitais (BOURDIEU, 2010).

Como suporte analítico as reflexões bourdiesianas mencionadas acima possibilitam compreender que essas “regras do jogo” dentro do capitalismo neoliberal imprimem um amordaçamento aos espaços do antagônico dentro da política partidária institucional, refém cada vez mais das dinâmicas e jogos econômicos, crescendo a cada novo processo eleitoral não apenas a perda da autonomia por parte do campo político, como anulando a parte dos que não têm parte do espaço público da política. Seguindo essa linha de reflexão, concluímos que, se toda atividade política é caracterizada pelo conflito entre partes reivindicativas em um jogo de embate entre diferentes, a destituição da política (OLIVEIRA, 2007; RANCIÈRE, 1996) é verificada justamente quando uma das partes é suprimida do espaço político, transformando a política em um espaço de consensos.

### CAPÍTULO 3 – AS RAÍZES QUE PERMANECEM: BREVE ENSAIO SOBRE A POLÍTICA CONCILIATÓRIA

Dá-se início aos caminhos analíticos em cima de uma reflexão que propõe dissertar sobre a tradição conciliatória no Brasil e sua permanência enquanto estrutura de blindagem ante as possibilidades de protagonismo político das classes populares. Para tanto, nos aportaremos de algumas leituras da sociologia política que versam sobre o tema, em especial a sociologia crítica de Florestan Fernandes, a qual nos possibilita alçar um caminho reflexivo acerca de alguns momentos da história recente do Brasil em suas singularidades aportadas pela chave do pacto conciliatório.

Em que pesem suas nuances, esse pacto permanece atual e nos ajuda a traçar uma perspectiva de análise das manifestações de junho de 2013 pela ótica da negação inconsciente à tradição conciliatória no Brasil enquanto blindagem da estrutura política institucional que impossibilita um real aprofundamento da participação popular, logo, do próprio caráter da democracia política no Brasil. Ou, nas palavras do próprio Florestan Fernandes, “a nossa transformação capitalista fechou a *Sociedade Civil* aos trabalhadores livres e semilivres, das cidades e do campo, e converteu o Estado em uma fortaleza incontestável dos estratos mais poderosos e mais ricos das classes possuidoras e dominantes” (FERNANDES, 2007, grifo do autor).

No momento em que se prenunciava o fim do regime militar entre nós, e os dois últimos governos castrenses tomavam as primeiras decisões para a reconstitucionalização do país, ele denunciou vigorosamente a proposta de as esquerdas preservarem a posição dominante da chamada “burguesia nacional” nesse processo de transição (“A esquerda e a Constituição”). “O poder constitucional”, frisou, “não está investido em uma classe, mas em toda a Nação. “As forças da esquerda não podem, por isso mesmo, resignar-se a ocupar uma posição de “cauda política” da classe dominante, nesse processo. Numa sequência de artigos indignados, Florestan Fernandes verberou a demissão dos partidos da esquerda, que aceitavam fosse o Congresso Nacional travestido em assembleia constituinte (“O dispositivo”, “Congresso Constituinte”, “Golpes dentro dos golpes”, “A luta popular pela Constituição”). Em extraordinária presciência do que viria a ocorrer pouco depois de sua morte, não hesitou em condenar o lamentável eleitoralismo do Partido dos Trabalhadores, ao qual se ligara, e sob cuja legenda foi eleito deputado federal (“Embates eleitorais e luta pela vida”, “O solo da história de um partido”). A paixão pelo poder a qualquer preço acabou por levar os dirigentes petistas a sacrificar alegremente, na bacia das almas, os grandes valores do partido e os seus objetivos programáticos, a começar pelo combate ao sistema capitalista (COMPARATO, 2006).

### 3.1 TRADIÇÃO E CONCILIAÇÃO

*“Façamos a revolução antes que o povo a faça”.* (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Governador mineiro, sobre a revolução de 1930).

Umbilicalmente, a história política de nosso país é marcada por esta simbiose entre tradição e conciliação. Essas são as raízes de uma evolução política sem processos radicais de ruptura com protagonismo popular nas estruturas políticas. Não significa dizer que não passamos por revoltas populares e sociais ou por mudanças políticas, econômicas e sociais, mas essas revoltas populares nunca se configuraram em rupturas políticas entoadas por baixo. Aqui as mudanças sempre foram de cima para baixo e nunca numa perspectiva Jacobina, mas sim numa perspectiva de “contrarrevolução”, de “revolução passiva”, realizadas pelo alto com adesão de algumas demandas populares.

Nossos processos de transições históricas são exemplos concretos desta tradição conciliatória realizada pelo alto, como o exemplo da transição de uma sociedade neocolonial para uma sociedade industrial, burguesa, de classes. O exemplo da Revolução Francesa, quando a burguesia e camadas populares se unificaram em alianças para derrubar o antigo regime, não nos serve como eixo comparativo no Brasil, onde essas mudanças ocorreram de forma autoritária, conciliada pelo alto, com as camadas populares tuteladas<sup>25</sup>, deixadas à margem destes processos de mudanças, em que o conservantismo por parte das elites é o horizonte mudancista. Este é o cenário da ideia de “contrarrevolução” no Brasil, o típico processo de “evolução política” e seguindo as linhas do pensamento crítico, apenas uma “Revolução brasileira” de caráter popular poderia modificar essa tradição (IANNI, 2004; FERNANDES, 2006).

Ainda seguindo esta base de reflexão, Octavio Ianni (2004) remonta ao fato de que estas teses que carregam em seu cerne as características dessa tradição conciliatória, podem se verificar tanto dentro do pensamento liberal como diante de algumas correntes marxistas que não visualizavam grandes entusiasmos no Brasil pela ideia de “Sociedade Civil”, mas apontavam a necessidade única de ocupação do Estado, no caso específico, por meio de pactos conciliatórios com frações da burguesia nacional, tidas como progressistas e em contradição com a burguesia internacional. Diante deste quadro, Ianni busca analisar criticamente as teses

---

<sup>25</sup> Sobre a ideia de tutela nos fazemos valer dos escritos de Octavio Ianni em seu livro *A ideia de Brasil moderno* (2004), no qual descreve as teses defendidas por Oliveira Vianna sobre a necessidade de manter o povo tutelado pelas elites aliada à fragilidade da sociedade civil e o fortalecimento do Estado.

de revolução democrático-burguesa do PCB. Ou seja, diante deste exemplo, temos mais uma linha da tradição conciliatória no Brasil, em que as diversas frações ideológicas acabaram sendo tomadas por esta perspectiva de reflexão e ação, estando sobre a influência e análise das categorias de “revolução passiva”, “modernização conservadora”, “via prussiana”, “revolução pelo alto” etc. que servem como ferramentas para se pensar essa relação entre tradição e conciliação na política brasileira (IANNI, 2004).

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro (2001) possibilita também pensar essa tradição a partir da reflexão acerca de como a marca do desenvolvimento brasileiro é carregada pela política conciliatória, que forjou, ou ainda, apropriou-se via estamento burocrático do Estado, impossibilitando um real processo de democracia. Um exemplo de como essas marcas podem ser pensadas ainda hoje é quando visualizam-se as alianças no espaço da política entre aquilo que poderia representar o novo com os personagens arcaicos da tradição política brasileira, como por exemplo as alianças entre Sarney e Lula, ou anteriormente no Governo Fernando Henrique Cardoso, entre este e Antônio Carlos Magalhães. Segue-se a linha tênue do significado da evolução política brasileira, em que sua marca embrionária se situa nos pactos conciliatórios e não protagonismo popular com vias a rupturas radicais na estrutura política brasileira.

Portanto, insistimos nesta abordagem como uma possibilidade de reflexão sobre a tradição da política brasileira em seus traços conciliatórios, enquanto caminho que nos permite encontrar na história as raízes de uma permanente cultura de se fazer política no Brasil, em que as classes populares são neutralizadas ante a possibilidade de participação efetiva da vida política em seus canais de decisão. Os autores citados são, portanto, movimentados para esta tarefa de verificação dos nossos traços de permanência ao longo da história, tendo, de certa maneira, mobilizado seus trabalhos intelectuais na análise desta relação entre política conciliatória e revoluções pelo alto no Brasil.

### 3.2 MUDANÇA OU CONCILIAÇÃO? EXPERIÊNCIA EMPÍRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA PREFEITURA DE ARACAJU

As eleições de 2000 para Prefeito de Aracaju<sup>26</sup> foram marcadas por diversas movimentações de última hora que acabaram propiciando um terreno fértil para a candidatura

---

<sup>26</sup> A escolha da experiência empírica da chegada do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura Municipal de Aracaju/SE se dá pela proximidade e “facilidade” na coleta de material, visto que se trata de uma realidade particular na qual estamos inseridos. Esta particularidade incide numa relação com o âmbito nacional e, portanto,

de Marcelo Déda, pelo Partido dos Trabalhadores, ao cargo de prefeito da capital sergipana. De um cenário aparentemente inviável para uma candidatura do PT, as eleições abriram outro cenário com possibilidades de vitória eleitoral, principalmente a partir das negociações que envolveram dois dos principais dirigentes nacionais do PT à época – José Dirceu e Lula – juntamente com Jackson Barreto, atual governador do Estado e político local que na redemocratização esteve vinculado ao PMDB, como grande liderança local.

Antes do pleito eleitoral, o cenário apontava para a candidatura de reeleição do então prefeito, João Augusto Gama (PMDB), com apoio do Governo Estadual e de várias lideranças locais, porém o caminho de sua candidatura passou por diversas fissuras decorrentes das tentativas de entendimento e apoio político de sua reeleição, fazendo com que o cenário de disputa, centrada no Senador Antônio Carlos Valadares (PSB), o ex-prefeito José Almeida Lima (à época filiado ao PDT) e o prefeito João Augusto Gama (PMDB), passasse por novas incorporações de candidaturas politicamente fortes para disputa do cargo. Esta nova configuração foi possível por causa da desistência de Gama, abrindo então um leque de novas possibilidades e dificuldades para se emplacar outros candidatos.

No lado do Partido dos Trabalhadores, nomes nacionais do partido, como José Dirceu e Lula, tentavam seduzir Marcelo Déda a se candidatar ao cargo, fato que contou com a articulação e oferta de Jackson Barreto – mesmo antes de o seu aliado João Augusto Gama desistir de concorrer à reeleição – de o PMDB apoiar tal candidatura. Mesmo com a resistência de Déda, este acabou sendo convencido pela cúpula do partido, e logo após sua confirmação enquanto candidato houve a desistência da candidatura do prefeito Gama pelo PMDB, que liderava as pesquisas de intenção de voto até então. Diante da dificuldade do PMDB encontrar substituto, da desistência de Jackson Barreto de se candidatar por esta agremiação e da crise que se abria dentro do partido, a candidatura de Marcelo Déda foi ganhando corpo (DANTAS, 2002).

Era um quadro inusitado na política sergipana. Os principais partidos do país, PMDB, PFL e PSDB não encontravam nomes dispostos a concorrer ao cargo de prefeito de Aracaju no pleito de 2000. Enquanto isso, lideranças de destaque dessas agremiações estiveram a mendigar a aprovação do apoio a Déda. A situação ficou mais constrangedora quando o senador José Eduardo Dutra manifestou a rejeição pública a Jackson Barreto, aumentando os receios de políticos em aderir ao PT.

---

o objetivo é trazer mais um traço desse longo percurso da tradicional forma de se fazer política por meio dos pactos conciliatórios como única possibilidade de gerir os espaços de poder por dentro da institucionalidade.



Quanto a Gama [...] declarou desde 1º de Julho sua adesão à candidatura de Déda. Em compensação, este o elogiou em discurso na convenção, mesmo porque a orientação de Lula e Dirceu era de estabelecer a aliança.

Nas outras esferas, lá pelos dias 2 e 3 de Julho membros do PMDB e do PPS, órfãos e desgarrados, que não encontraram guarida no PT ou no PDT, procuraram o senador Valadares, juntaram-se aos postulantes do PSB e formaram a maior coligação do pleito: PSB + PFL + PMDB + PSDC + PRTB + PT do B + PMN + PRN + PGT + PPB + PTB + PST, agrupando 240 candidatos a vereador. Em contrapartida a coligação de Almeida Lima tinha 135 e a que respaldava Déda contava apenas com 21 postulantes à Câmara Municipal. Além desses partidos entraram na competição o PHS e o PV (DANTAS, 2002, p. 235).

Criou-se um clima de grande euforia com a candidatura do Partido dos Trabalhadores, que ainda contou com apoio dos partidos de esquerda como PCB e PSTU, instalando assim uma candidatura aparentemente comprometida com as mudanças estruturais na política aracajuana. Clima esse propagandeado nos discursos eleitorais como possibilidade de derrotar as grandes oligarquias da política local, fato que foi explorado com o slogan da “Mudança”. Diante da queda de popularidade dos grupos Alves e Franco – que dominavam a política estadual – aliada ao apoio de Jackson Barreto (político que nos anos 80 e 90 foi responsável por dois mandatos de prefeito, além de ter feito outros dois prefeitos na capital) e Augusto Gama (Prefeito de então), a candidatura ganhou grandes contornos, visto que a política local possibilitava o surgimento de uma nova força política.

Dentro de um panorama que clamava por mudanças, o Partido dos Trabalhadores soube usar a seu favor o fato de que os setores conservadores entraram em crise por não conseguir um nome consensual entre suas legendas:

Nas hostes do PFL havia uma facção que propunha a senadora Maria do Carmo Alves para concorrer ao cargo, mas a postulante não se confirmou. O apoio de Valadares à candidatura de João Alves Filho no segundo turno de 1998 e/ou o risco da campanha, contribuíram para o PFL aderir ao senador do PSB. Do lado do governador nenhum quadro do seu PSDB se julgou com cacife suficiente. Dessa forma, o campo foi ficando livre para os políticos de perfil oposicionista mais consolidado.

Ao final, além das candidaturas de Antonio Carlos Valadares (PSB), José Almeida Lima (PDT) e Marcelo Déda Chagas (PT), concorreram também o professor Adelmo Macedo pelo PHS e o deputado do PV Ismael Silva (DANTAS, 2002, p. 256).

Dentro desse cenário e contando com uma campanha não radicalizada em seus discursos, pregando a necessidade de diálogo com todos os setores da sociedade, se distanciando dos discursos fundacionais do Partido, as eleições de 2000 tiveram Marcelo Déda

eleito pelo Partido dos Trabalhadores no primeiro turno para Prefeito de Aracaju, sagrando-se único candidato do partido eleito no primeiro turno nas capitais do Brasil. É a partir deste marco, caracterizado como processo de mudanças na política sergipana, que vamos nos debruçar nos caminhos escolhidos pelo Partido dos Trabalhadores. Porque partimos do pressuposto segundo o qual foi a partir da chegada do PT/PCdoB à prefeitura de Aracaju, juntamente com a eleição de um pequeno número de vereadores para a Câmara Municipal, que vamos perceber uma nova reconfiguração na política partidária do Estado num primeiro momento, porém tendo em seguida uma movimentação de incorporação da “Mudança” à lógica estrutural do pacto conciliatório com setores das oligarquias locais, aproximações que compreendemos ter possibilitado o crescimento dos destinos de grandes financiamentos privados de campanhas eleitorais para esta legenda, enquanto uma marca da política conciliatória entre os partidos, que outrora o Partido dos Trabalhadores sempre se colocou na linha de frente de oposição. Sobre o novo prefeito de Aracaju:

Marcelo Déda vinha construindo uma das carreiras mais exitosas da política sergipana, não obstante algumas derrotas retumbantes. Ainda jovem estudante universitário, inscreveu-se como postulante a deputado estadual em 1982, obtendo pequena votação. Em 1985 candidatou-se a prefeito e foi uma das grandes revelações do pleito, conseguindo o segundo lugar. No ano seguinte tornou-se o deputado estadual mais votado da história eleitoral de Sergipe. Depois de um mandato atuante e brilhante na Constituinte, candidatou-se a prefeito em 1988. Começou nas pesquisas com 35% das intenções de voto contra 6% do seu maior adversário, terminou o pleito com 6,25% dos votantes e, em 1990, não conseguiu reeleger-se para deputado estadual. Mas, em 1994, começaria sua recuperação. Foi eleito deputado federal, destacou-se no exercício do mandato e, em 1998, retornou à Câmara dos Deputados com a maior votação do Estado sem exercitar o clientelismo. Naquela casa legislativa, foi líder de sua bancada e, em 2000, aliado com o PCB e o PCdoB, foi o único candidato do PT eleito no primeiro turno nas capitais. Do parlamentar brilhante, restava ver seu desempenho como executivo (DANTAS, 2002, p. 43).

O Partido dos Trabalhadores, que construiu sua trajetória enquanto partido de oposição, ao chegar ao núcleo do executivo, abandonando suas propostas políticas que fundamentam seu surgimento – como criação de conselhos populares, defesa da democracia direta, moralização da política, dentre outras ferramentas que buscavam priorizar a atuação da *Sociedade Civil* e seu fortalecimento – enquanto estratégia paulatina construída em meados dos anos 90, passa a sofrer forte oposição dos setores mais conservadores da Câmara de Vereadores, visto que não conseguindo eleger um número significativo de vereadores e agora como partícipe e defensor das regras do jogo, se torna refém dos rituais característicos da política institucional. Com

dificuldades em manter fortalecida sua política dentro da Câmara de Vereadores e ainda tendo um vereador de sua legenda – Samarone – debandando para outro partido, Marcelo Déda passa a sinalizar abertura de diálogo com as bases da oposição.

Mais adiante o prefeito Marcelo Déda, enquanto principal dirigente do Partido dos Trabalhadores no Estado, liderou um processo de negociações políticas que ampliaram seu arco de aliança, por conta do pleito de 2002 para Governador do Estado. Assim formou-se uma coalizão na disputa do segundo turno em torno do candidato do PT, José Eduardo Dutra, com o apoio do PSB, PL, PTB e PSDB, tendo a liderança do ex-governador do PSDB, Albano Franco (DANTAS, 2004).

Mesmo não conseguindo vencer as eleições de 2002 para o Governo do Estado, o Partido dos Trabalhadores, que a nível nacional elege Lula como presidente, se firma estadualmente enquanto força política capaz de fazer frente à liderança estadual de João Alves Filho. Albano Franco, acostumado a manter bom relacionamento com os situacionistas, passa então ora a estabelecer um bom diálogo com o grupo liderado por Marcelo Déda ora a declarar apoio ao PFL de João Alves.

Durante décadas Albano Franco (PSDB) e João Alves (ex-PFL, hoje DEM) mantiveram uma relação de aproximação e embate nos períodos em que estiveram à frente do Governo do Estado. Este processo envolvendo duas figuras marcantes do processo político Sergipano volta a sofrer abalos diante da postura de Albano Franco em estabelecer uma base de apoio político ao grupo liderado pelo petista Marcelo Déda. Enquanto resposta política aos novos direcionamentos do ex-governador Albano Franco (1994 – 2002), o atual Governador João Alves (2002 – 2006) passa a fazer duras críticas ao seu antecessor, o qual, por sua vez, passa a estreitar maiores laços políticos com o campo liderado por Marcelo Déda.

Porém, acerca do processo eleitoral de 2006, com as pressões nacionais do PSDB para composição de aliança local com o PFL, cria-se um paradoxo para as pretensões de Albano Franco:

Com sua vocação irresistivelmente governista, o líder tucano havia transitado em todos os partidos situacionistas a partir de 1966, quando foi eleito deputado estadual. Posteriormente, em várias ocasiões esteve ao lado de João Alves e, com seu apoio decisivo, venceu as eleições de 1994. Mas, em 1998, Albano Franco enfrentou seu ex-correligionário e derrotou-o no segundo turno. No pleito seguinte, João Alves ganhou e, ao longo de sua gestão, dedicou-se a fazer o contraponto com o governo de seu antecessor para criticá-lo, considerando-o inoperante. Diante desses precedentes, Albano manteve diálogo com Marcelo Déda, sinalizando com a perspectiva de apoiá-lo,

estimulado inclusive pelos parlamentares tucanos que foram bastante maltratados em suas bases eleitorais pelas ações do governo pefelista. Contudo, percebendo que o líder do PSDB seria importante, sobretudo para ampliar a influência junto ao Judiciário e ao Tribunal de Contas, João Alves reivindicou o seu apoio. Mas foi uma negociação arrastada entre dois homens experimentados. Houve oferta de secretarias, da vice-governadoria, mas a resolução demorou a sair, sobretudo porque o chefe do executivo, acreditando na pressão do PSDB nacional, via na aliança uma alternativa natural. Enquanto isso, o ex-governador Albano Franco procurava se valorizar, sinalizando que iria apoiar o PT. A decisão do STF pela verticalização impossibilitou a aliança formal com o Partido dos Trabalhadores, mas Albano Franco continuava conversando, insinuando que iria apoiar de alguma forma os oposicionistas até que, em 19.06.2006, anunciou que o partido iria sair sozinho, sem alianças formais. O governador ficou indignado e afirmou que Albano Franco, o homem mais rico do Estado, iria financiar a campanha do PT para destruí-lo (DANTAS, 2006).

Com esta movimentação do PSDB local, as pressões nacionais se intensificaram, inclusive impedindo o deputado Bosco Costa (PSDB) de candidatar-se a senador, deixando as portas do senado abertas para a reeleição da primeira dama Maria do Carmo Alves (PFL). Albano Franco acabou cedendo às pressões do PSDB nacional, voltou atrás do anúncio de lançar o PSDB de forma isolada no Estado e compôs aliança com o PFL em apoio à reeleição do governador João Alves Filho.

Contudo, várias foram as cicatrizes abertas com este jogo de interesse e imposições, e algumas lideranças históricas acabaram rompendo com o PSDB e não seguiram as orientações do partido. Ao final, a aliança em torno do candidato João Alves Filho, teve a seguinte composição: PFL+PSC+PSDB+PP+PPS+PV+PTdoB+PTN+PHS+PRTB+PTC+PAN.

Do outro lado, a composição de sustentação do nome do petista Marcelo Déda, que em 2006 deixa a prefeitura com seu vice, Edvaldo Nogueira (PCdoB), e numa disputa com o governador João Alves (PFL), sagra-se vitorioso no pleito eleitoral, com uma ampla coligação, que envolvia os partidos PT, PMDB, PTB, PSB, PL e PCdoB. Desde a vitória para a prefeitura de Aracaju em 2000, Marcelo Déda, enquanto grande estrategista, foi seduzindo vários agrupamentos de oposição ao PT, conseguindo alongar sua base de apoio para partidos pragmáticos, que na história política do Estado sempre estiveram na oposição ao grupo liderado pelo PT.

Quadro 3 – Eleições 2006 e suas coligações

PFL, PSDB, PSC, PP	Sergipe continua avançando
PTN, PPS, PAN, PHS, PV, PTdoB	Sergipe sempre na frente
PSL, PRTB, PTC, PRP, PRONA	Sergipe com ética e progresso
PT, PCdoB, PSB, PL, PTB, PMDB	Sergipe vai mudar
PSTU, PSOL	Frente de Esquerda de Sergipe
PCB	Não tem coligação
PSDC	Não tem coligação
PDT	Não tem coligação

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Todo este mapeamento das movimentações eleitorais a partir de alguns elementos como as negociações de Jackson Barreto com José Dirceu e Lula para viabilizar a candidatura de Marcelo Déda (PT); chegada de Marcelo Déda ao cargo de prefeito de Aracaju; aliança política entre Albano Franco (PSDB), Marcelo Déda (PT) e Valadares (PSB), vão sendo mobilizados para refletir como temos aqui alguns dos principais catalizadores que viabilizam uma leitura concreta do processo de nulidade da política, a partir do pacto conciliatório como única possibilidade de gestão dos espaços de poder da política institucional.

As chaves explicativas para este processo de estabelecimento da nulidade da política estariam vinculadas ao abandono da perspectiva de atuação baseada no dissenso por parte do PT e resultando assim em sua adesão à tradição da política conciliatória brasileira? Ou seja, tomando a noção de Política enquanto espaço dos contrários em Rancière (1996), identificar-se-ia na adesão do PT aos mecanismos que outrora nascera para combater, a exemplo da tradição conciliatória que sempre neutralizou as possibilidades de protagonismo popular, a chave analítica que pode permitir algumas respostas e reflexões acerca desta longa tradição de ocupação dos espaços da estrutura política brasileira por meio de pactos conciliatórios, transformações pelo alto e neutralização das forças sociais que pressionam o Estado por melhores condições de vida e uma democratização da política.

### 3.3 AS DOAÇÕES DE CAMPANHAS ELEITORAIS EM SERGIPE: EXEMPLO DA DOMINAÇÃO ECONÔMICA ENQUANTO ESTRUTURA DA POLÍTICA

Dando prosseguimento às reflexões empíricas envolvendo os espaços de conformação da política eleitoral em seus mecanismos de funcionalidade, nos detemos agora ao recorte dos

gastos econômicos de 2002 a 2010 como parte desta estrutura analítica, que por sua vez segue um campo maior de reflexão que situa a retirada dos espaços de dissenso dos recintos de poder institucional, enquanto um elo com a tradição da política conciliatória no Brasil, em que os mecanismos econômicos são auferidos enquanto ratificação ideológica das raízes políticas marcadas por conciliação, fisiologismo, pragmatismo e nulidade do protagonismo das camadas populares como solo e meio de transformações.

Esta nova realidade da configuração política do Estado, marcada pelo fisiologismo e pragmatismo, pode também ser percebida a partir da atração de grandes doações de campanhas eleitorais, visto que, se antes o PFL (atual DEM) atraía os grandes investimentos com financiamento de campanhas, a partir desta ascensão do grupo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, os números de doações passam a se inverter. Por exemplo, em 2002 o PFL recebeu o montante de R\$ 2.530.042,17 em doações financeiras para campanha de Governador, enquanto o PT recebeu R\$ 802.997,37 em doações financeiras para sua campanha ao Governo do Estado. Ou seja, o PFL recebeu mais que o triplo em doações financeiras em comparação ao PT, no ano de 2002.

Nas eleições para a Prefeitura de Aracaju em 2004, o Partido dos Trabalhadores, tendo politicamente se resignificado ao processo marcado pelo pacto conciliatório, teve enquanto gastos oficiais, segundo dados do TSE e Transparência Brasil, o somatório de R\$ 765.971,99, enquanto a principal candidata de oposição ao petista Marcelo Déda, Suzana Azevedo (PPS) teve gastos no total de R\$ 511.365.971,99. Entre os gastos com campanha para vereador tivemos o PT liderando o quadro de gastos com campanhas eleitorais, com o montante de R\$ 322.303,02; enquanto o PV ficou com o segundo lugar com gastos de R\$ 146.560,13; seguido do PFL com R\$ 144.466,93; tendo em quarto lugar o PDT com R\$ 132.604,65. O total de gastos de campanhas eleitorais pelos partidos – segundo os dados oficiais do TSE – ficou na casa de R\$ 1.228.594,35.

Em 2008, nas eleições para a Câmara de Vereadores de Aracaju, vamos ter um crescimento ainda maior dos gastos com campanhas eleitorais, chegando ao montante de R\$ 2.054.132,75. Tendo em ordem hierárquica como os maiores recebedores de doações PT; PSDB; PSB; DEM; PDT; PMDB; PCdoB; PV. No tocante dos gastos para Prefeito de Aracaju, do mesmo ano, vamos ter um total de R\$ 3.833.552,39, em que o Prefeito eleito pelo PCdoB recebeu um total de R\$ 1.904.084,99; seguido do candidato do PMDB com o valor de R\$ 1.078.130,00; em terceiro lugar vamos ter o candidato do DEM com R\$ 848.017,40.

Já em 2010, para o cargo de Governo do Estado, continuamos a ter o crescimento dos gastos eleitorais com campanhas, liderado pelo Partido dos Trabalhadores que recebe em doações financeiras um total de R\$ 6.301.389,57 enquanto o ex-governador João Alves Filho recebe a quantia de R\$ 3.479.546,51. Este quadro de mudanças de privilégios no recebimento de doações financeiras acaba fortalecendo a hipótese apresentada ao longo de nosso estudo, que, baseado em alguns trabalhos (LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; RUBIO, 2005), correlaciona os gastos de campanhas com vitórias eleitorais. Ao estudar a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006, os autores afirmam:

Do ponto de vista teórico, os cientistas políticos debruçam-se, há algum tempo, sobre os efeitos e a dinâmica das contribuições financeiras em campanhas eleitorais, procurando verificar se as contribuições financeiras afetam os resultados nas urnas, ou seja, se a quantidade de recursos é traduzida em votos. [...] Assumimos o pressuposto de que resultados eleitorais apresentam um claro vínculo com doações e gastos de campanha. [...] Não há como desconsiderar, por conseguinte, o papel central de cada candidato: ele é o responsável pela busca das fontes dos recursos e pelo direcionamento dos gastos de suas campanhas (LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010, p. 367-369).

A partir desta consideração e dialogando com alguns indicadores empíricos como os dados obtidos diante do processo eleitoral sergipano, observa-se como o fator econômico se torna estruturante no processo eleitoral. Não se coloca como novidade os estudos que comprovam a existência de uma relação determinante entre os gastos de campanhas, eleitos e não eleitos. Portanto, parte-se do pressuposto que os fatores econômicos se sobrepõem aos fatores da Política. Com efeito, temos cada vez mais gastos de dinheiro nas campanhas eleitorais, como demonstram as tabelas referentes aos últimos três processos eleitorais para Câmara Estadual de Sergipe, conforme abaixo:

Tabela 2 – Câmara Estadual de Sergipe / 2002 / dados TSE

<b>Candidatos</b>	<b>Votos</b>	<b>Receitas</b>
Eleitos	419.011	R\$ 851.371,00
Não Eleitos	294.904	R\$ 532.096,00
Total	713.915	R\$ 1.383.467,00

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Tabela 3 – Câmara Estadual de Sergipe / 2006 / dados TSE

<b>Situação</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votos</b>	<b>Receitas</b>
Eleitos	21	508.062	R\$ 2.149.563,00
Suplentes	53	279.754	R\$ 1.291.553,00
Eleitos pela legenda	03	50.544	R\$ 275.788,00
Não Eleitos	19	35.037	R\$ 138.259,00
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>873.397</b>	<b>R\$ 3.855.163,00</b>

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Tabela 4 – Câmara Estadual de Sergipe / 2010 / dados TSE

<b>Situação</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Votos</b>	<b>Receitas</b>
Eleitos	24	643.584	R\$ 3.538.185,00
Suplentes	96	319.582	R\$ 2.759.110,00
Não Eleitos	10	3.766	R\$ 18.811,00
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>966.932</b>	<b>R\$ 6.316.106,00</b>

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Estes números devem aumentar sensivelmente, pois carecem de uma precisão confiável, já que todas as informações referentes aos gastos de campanha são autodeclaradas, dificultando uma análise, por exemplo, dos valores provenientes de usos ilegais de financiamento de campanhas, com utilização de caixa dois. Prática comum e sucessível de diversos escândalos nos processos eleitorais brasileiros e ignorada muitas vezes pelas instituições responsáveis pela fiscalização, como aponta Cláudio Weber Abramo:

O brutal agravamento do problema de compra de votos tem sido ignorado pelas autoridades responsáveis pela lisura de eleições – em primeiro lugar, o Tribunal Superior Eleitoral. Caberia ao TSE aplicar-se num diagnóstico sistemático e profundo do problema. Pesquisas como a realizada pelo Transparência Brasil têm limitações de abrangência e precisão que seriam facilmente superadas pelo Tribunal, que tem obrigação de identificar as áreas mais problemáticas para, nelas, concentrar esforços especiais de prevenção e controle<sup>27</sup>.

Ao longo das campanhas eleitorais para a Câmara Estadual Sergipana, nos anos de 2002, 2006 e 2010, houve um encarecimento dos gastos de campanha, fato já observado por outros trabalhos de pesquisa que demonstram como os fatores econômicos têm direcionado os espaços da política. Essa dinâmica estabelece uma relação de dependência dos candidatos e partidos ante o poderio econômico, em que esses precisam buscar cada vez mais recursos econômicos para que possam gastar mais e ter a possibilidade de sucesso eleitoral. Essa tem sido a dinâmica

<sup>27</sup> Transparência Brasil. Compra de votos nas eleições de 2006. Disponível em: <<http://www.ibope.com/pt-br/noticias/Documents/compravotos2006.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.



dos sucessivos processos eleitorais e seu permanente encarecimento. Por exemplo, se compararmos o número de votantes de 2002 aos de 2010, tem-se um aumento de cerca de 35%. Nesse mesmo período, os gastos oficiais para Deputado Estadual aumentam em 356,5%. O que resulta numa crescente dependência econômica, por parte dos processos políticos eleitorais.

Este crescente encarecimento dos sucessivos processos eleitorais nas últimas décadas tem aprofundado os distanciamentos entre eleitos e não eleitos, ante a estrutura dos gastos com campanhas eleitorais, em que os últimos, praticamente são colocados à margem de qualquer possibilidade de vitória eleitoral, não pela escolha de projetos e programas distintos, mas sim pela não adequação e subordinação, seja por escolha própria, seja por escolha dos financiadores, à lógica estrutural dos financiamentos privados de campanhas eleitorais. Estamos, assim, diante de um fenômeno que resulta na impossibilidade do dissenso enquanto regulador político, aumentando, deste modo, os espaços de pactos conciliatórios como regra que estrutura a dinâmica da vida institucional. Qualquer oposição que não se adequa às regras deste jogo político padece da possibilidade de êxito eleitoral, salvo raras exceções, pois esse encarecimento suprime o direito de participação dos processos eleitorais em condições de igualdade.

Outro fato que os dados demonstram é que, mesmo tendo, ao longo desses processos eleitorais mencionados, uma mudança dos partidos que chegam à chefia do executivo, não há uma mudança de rota na adesão aos financiamentos privados de campanhas. Mesmo as forças políticas construídas nos marcos da esquerda, como as que compunham o Partido dos Trabalhadores, ao passo que chegam às estruturas de governo, não buscam combater essas regras do jogo, mas sim ratificar e se apropriar dos mecanismos que estruturam essa dinâmica, aumentando subitamente o seu poder eleitoral e sua força econômica com os aportes dos financiamentos privados de campanhas eleitorais.

[...] espera-se que partidos de coalizão, por terem mais acesso aos instrumentos e às instituições que permitem a alocação de recursos no governo federal, sejam mais atraentes. Partidos de oposição seriam menos atraentes para os financiadores de campanha, por terem acesso limitado aos canais decisórios que permitiriam aos financiadores maximizar suas preferências (LE MOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010, p. 385).

Em 2002, por exemplo, teve-se o PFL/DEM enquanto partido que mais recebeu doações financeiras no processo eleitoral para a Câmara Estadual Sergipana, com um total de R\$ 349.335,95. O PPS em segundo lugar, com montante de R\$ 162.685,10. Em seguida vieram o PSC e o PT, respectivamente, com os gastos de R\$ 130.331,04 e R\$ 108.067,61. Em 2006, o

PFL/DEM continua sendo um dos partidos que recebeu mais quantidade de doações financeiras, contabilizando um total de R\$ 816.132,74, atrás do PSC com o total de R\$ 894.143,20. Já o PT arrecadou com doações o total de R\$ 301.713,51, atrás do PTdoB que figurou em terceiro lugar, com um total de R\$ 353.171,57. Confira as tabelas:

Tabela 5 – Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2002 para a Câmara Estadual de Sergipe

<b>Partido</b>	<b>Total arrecadado</b>	<b>Eleitos</b>
PFL (atual DEM)	R\$ 349.335,95	04
PPS	R\$ 162.685,10	03
PSC	R\$ 130.331,04	02
PT	R\$ 108.067,61	01

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Tabela 6 – Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2006 para a Câmara Estadual de Sergipe

<b>Partido</b>	<b>Total arrecadado</b>	<b>Eleitos</b>
PSC	R\$ 894.143,20	05
PFL (atual DEM)	R\$ 816.132,74	05
PTdoB	R\$ 353.171,57	02
PT	R\$ 301.713,51	04

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Porém, em 2010 acontece uma nova configuração, em que o PT passa a liderar as doações dos recursos econômicos recebidos, com um total em doações no valor de R\$ 905.027,65. O PCdoB, que não aparecia entre os com maiores gastos nas eleições anteriores, em 2010 figurou em segundo lugar, recebendo um total de R\$ 772.056,65; enquanto o DEM, que nas eleições anteriores se posicionava como o que mais recebia financiamento de campanhas, caiu para a quinta posição com um total de R\$ 506.281,71. O terceiro lugar ficou com o PSDB, com um faturamento no total de R\$ 710.559,74; seguido do PSC com um total de R\$ 710.545,47. Assim, verifica-se que ao passo que uma estrutura de financiamento privado é delimitada como marco normativo do processo eleitoral, os atores, independente de sigla partidária, buscam se inserir dentro dessas regras do jogo. Aqueles partidos políticos quando pertencentes aos partidos que administram as estruturas governamentais, passam a ter maiores

possibilidades de recebimento de grandes doações econômicas, independentemente de siglas partidárias, como demonstram os dados trabalhados.

Tabela 7 – Escala dos partidos com maiores gastos com campanhas eleitorais em 2010 para a Câmara Estadual de Sergipe

<b>Partido</b>	<b>Total arrecadado</b>	<b>Eleitos</b>
PT	R\$ 905.027,65.	04
PCdoB	R\$ 772.056,65	00
PSDB	R\$ 710.559,74	01
PSC	R\$ 710.545,47	04
DEM	R\$ 506.281,71	03

Fonte: Elaboração própria obtida a partir dos dados colhidos junto ao TSE e Transparência Brasil.

Portanto, interessa aqui problematizar como este processual encarecimento de campanhas eleitorais, respaldado por nossa legislação política, tem levado ao estabelecimento da nulidade daquilo que tradicionalmente prevê as regras de uma política dentro de um regime democrático. Ou seja, que os processos eleitorais deveriam prever regras de equidade entre os candidatos, a fim de garantir os processos de disputas baseados nas diferenciações de projetos de sociedade, programas de governo, atuação dos mandatos etc.

Esta dinâmica acaba nos permitindo pensar uma articulação com as abordagens de Francisco de Oliveira (2007) sobre a “colonização da política”, em que essa perde a sua centralidade e capacidade de regular as assimetrias de poder que se estabelecem dentro de nossa ordem social. Se por um lado é central submeter-se aos jogos do imperativo econômico como garantia de disputa dos processos eleitorais, por outro lado as preocupações em torno dessa dinâmica são apontadas como constituintes de riscos e perigo para o sistema político democrático:

[...] Na segunda metade do século XX, surgiu uma corrente de opinião que enfatizou os riscos implicados em deixar que a política fosse financiada somente com fundos provenientes dos setores economicamente poderosos. O principal risco consistiria na dependência dos representantes políticos em relação ao poder econômico: Eles mais representariam seus financiadores do que os cidadãos, de modo que as decisões políticas poderiam estar mais inspiradas em interesses particulares do que no bem público (RUBIO, 2005, p. 8).

Deste modo, temos uma relação direta entre candidatos e partidos não vinculados a grandes doações privadas de campanhas eleitorais e participação de pleitos com possibilidades de vitórias eleitorais. A relação determinante entre financiamento privado de campanhas e possibilidade de ganhos eleitorais se torna, no cenário político sergipano, quase que um status normativo do processo eleitoral, em que para adentrar no jogo político almejando sucesso eleitoral é necessário se enquadrar dentro do “jogo” e suas “regras”.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo [...] investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos e secretos (BOURDIEU, 2010, p. 172-173, grifo do autor).

### 3.4 QUAL POLÍTICA?

Aqui, analisar-se-á a funcionalidade mercantil do sistema democrático, trazendo a tentativa de estabelecer um diálogo entre dois pensadores marxistas que se forjam em escolas intelectuais distintas, mas que dialogam acerca de um panorama geral do capitalismo mundializado, e sua fase neoliberal no Brasil enquanto mola propulsora de uma nova realidade que retira do horizonte as perspectivas transformadoras, tendo em vista seu aprofundamento da privatização do público e o esgotamento da possibilidade de grandes dissensos na esfera política.

Antes de adentrar esse diálogo, é importante perpassar por algumas abordagens acerca do processo de mercantilização da democracia, visando a uma melhor conceituação e mapeamento do cenário atual, em que é preciso pensar a relação entre política, economia e crise da democracia existente. Dando prosseguimento, Vieira (2006) nos parece uma boa fonte de análise sobre as desconfiças que possíveis mudanças ou alternativas ao modelo de democracia parlamentar possam se apresentar como atraso em decorrência do possível avanço político que o modelo de democracia parlamentar tenha conquistado.

Teríamos uma matriz que impede que se possa avançar nas críticas ao modelo hegemônico de democracia parlamentar representativa. Seu questionamento busca refletir em

até que ponto o sistema representativo parlamentar seria fruto do avanço das instituições políticas da modernidade ou mesmo da evolução democrática, à medida que o seu surgimento está vinculado ao surgimento das revoluções burguesas como único modelo plausível de administração da polis moderna.

Continuando a linha de reflexão, segundo Wood (2003) é paradoxal a afinidade entre capitalismo e democracia, pois esta relação é confirmada, especialmente no que concerne aos destaques sobre o processo de mercantilização da democracia e a necessidade de uma “desmercantilização” como fundamental para o fortalecimento do espaço público, para inserção das dicotomias enquanto propulsoras de grandes debates divergentes em torno de projetos, programas, modelos de sociedade etc. Esta possibilidade nos parece interligada ao condicionamento político democrático não subordinado às regras mercadológicas do espaço econômico. Ainda dentro desta perspectiva de reflexão, afirma a autora:

[...] Se por ‘democracia’ entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida (WOOD, 2003, p. 8).

Para compreender, por exemplo, esta subordinação do processo político eleitoral pelo “campo econômico”, definido por Oliveira (2007) como “colonização da política”, nos valem os reflexões acerca desta problematização, em que o autor situa que ao passo que as regras do mercado passaram a controlar o debate político, pensar a “colonização da política” pelo espaço econômico pode nos dar subsídios para compreender este esvaziamento do peso dos partidos políticos enquanto mecanismo da esfera do espaço da política e a sua transformação em meras moedas de troca de interesses privados, tornando as capacidades da política de corrigir as assimetrias de poder que são criadas dentro da sociedade, fortemente diminuídas, transformando assim a política em aparato mínimo da economia (OLIVEIRA, 2007).

Já o filósofo político Slavoj Žižek (2011), ao analisar os acontecimentos das últimas décadas aliados à crise financeira que afetou o sistema produtor de mercadorias a partir de 2008, aponta que depois da promessa do Estado de bem-estar social, em que os países desenvolvidos da Europa foram tomados, o novo período, estado de emergência econômica – crise econômica –, necessita de uma radicalização das medidas de sufocamento social, com medidas de austeridade universais e permanentes, com isso abre-se um espaço para novas transformações.

A razão disso é que vivemos numa época pós-política de naturalização da economia: em regra, as decisões políticas são apresentadas como questões de pura necessidade econômica; quando medidas de austeridade se impõem, dizem-nos vezes sem fim que isso é simplesmente o que deve ser feito. [...] Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas (ŽIŽEK, 2011, p. 13).

É a partir daqui que adentramos nas reflexões de Carlos Nelson Coutinho, um dos principais pensadores sociais brasileiros que marcou a intelectualidade contemporânea. No livro *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*<sup>28</sup>, nos valem das contribuições de uma saudável polêmica entre Francisco de Oliveira e Carlos Nelson Coutinho, na qual ambos debatem as significações sobre a questão do lulismo<sup>29</sup> e suas consequências no campo político, social e econômico. Porém, se faz necessário pontuar que ambas as reflexões lançadas a partir do livro citado são anteriores às manifestações de massas que tomaram boa parte do Brasil em junho de 2013, portanto, impossibilitando nesse momento qualquer enquadramento de síntese, por parte dos autores, desse recente período da política brasileira.

Carlos Nelson Coutinho busca identificar os avanços e retrocessos que seriam frutos da era neoliberal, período no qual essa dualidade ganha novas conformações. Ou seja, a própria ideia de “Revolução passiva”, como já trabalhado num momento anterior, perde validade de explicação empírica, enquanto o autor acredita que a partir da ideia de “contrarrevolução” há uma maior coerência explicativa, salientando que mesmo nesse segundo momento há aspectos de “revolução passiva”, porém não é predominante como num momento histórico anterior ao neoliberalismo no Brasil.

Esta impossibilidade é fruto da própria necessidade do sistema capitalista, em sua fase neoliberal, se expandir. Para isso se faz necessário uma restauração do seu domínio sem incorporações de direitos estruturais para os espaços públicos, ou seja, é o próprio desmantelamento daquilo que foi conquistado nas décadas anteriores pelas classes populares, como os direitos trabalhistas, previdenciários, educacionais etc., portanto, uma época não de

<sup>28</sup> Livro organizado pelos sociólogos Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek em 2010 e que apresenta uma série de reflexões inspiradas no tempo presente e suas complexidades analíticas.

<sup>29</sup> Não nos deteremos numa discussão conceitual acerca do que significa a ideia de lulismo, trabalhada pelo autor no livro *Os sentidos do Lulismo* (2012). Para maiores reflexões, além do livro, o autor apresenta suas linhas reflexivas segundo a qual: “nova configuração ideológica, que mistura elementos de esquerda e de direita. O discurso e a prática, que unem manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado, encontram-se na raiz da formação do lulismo”. Pode ser encontrado em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000300004&script=sci_arttext)>.

reformas positivas, no sentido de aquisição de conquistas estruturantes, mas em seu sentido negativo, de uma “contrarreforma” permanente em seus diversos espaços.

Segundo Coutinho, “para caracterizar as relações de hegemonia hoje, prefiro falar de ‘hegemonia da pequena política’”. Logo, Coutinho busca na ideia de outra categoria gramsciana o fio condutor para se pensar o tempo presente, no qual a pequena política é uma marca registrada desse tempo. E continua: “é precisamente assim – ou seja, através da exclusão da grande política – que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo [...]”.

Registremos o seguinte: *seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam*. É verdade que foi assim durante algum tempo na Europa, no tempo em que partidos com diferentes propostas de sociedade competiam entre si, como, por exemplo, conservadores e trabalhistas na Inglaterra ou comunistas e democrata-cristãos na Itália. Nos Estados Unidos, ao contrário, nunca foi assim: ali, a hegemonia dos valores do capitalismo nunca foi posta em discussão pelos dois grandes partidos nacionais, nem mesmo pelas principais organizações sindicais. E, infelizmente, está sendo assim, hoje, também na Europa e em muitos países da América Latina. Que diferença substantiva existe atualmente, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre FHC e o governo Lula no Brasil?

[...] Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como “bizarra e heteróclita”, com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens (COUTINHO, 2010, p. 30, grifo do autor).

Sendo assim, podemos pensar a crença de naturalização da estrutura dos jogos políticos nas esferas da institucionalidade, como mecanismo do cotidiano que foi enraizado nas massas populares. Em que pouco se questiona como se estruturam esses mecanismos de grandes financiamentos de campanhas, coalizões e conciliações entre os mais diversos partidos, jogos de barganha no parlamento, troca de cargos e favores etc., como algo “natural”, próprio do sistema político, logo qualquer candidato que se lance nos espaços de disputa visando ao preenchimento da institucionalidade, é creditado como sendo mais um a entrar nesse jogo. Talvez o agravamento e ao mesmo tempo a ratificação deste processo no horizonte das consciências populares, ganhe força na última década não apenas com a chegada do Partido que se constituiu enquanto ferramenta combativa a este quadro, e ao chegar aos espaços da estrutura de poder institucional, se viu lançado nos mesmos meandros desse jogo político que envolve barganha política, troca de favores e de cargos, fisiologismo eleitoral, busca de conciliações com os antigos adversários, aparelhamento das esferas estatais, cooptação, envolvimento em

escândalos de corrupção etc. Portanto, contribuindo assim para esse quadro de hegemonia da pequena política.

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da *Sociedade Civil*, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural”. Quantas vezes ouvimos a frase “os políticos são todos iguais”? Escolhem-se uns ou outros por motivos que, com frequência, nada têm a ver com o conteúdo de suas propostas (as quais, na maioria dos casos, não apresentam nenhuma divergência essencial ou simplesmente não têm conteúdo algum). (COUTINHO, 2010, p. 31, grifo do autor).

Portanto, pensar a ideia já trabalhada acerca do processo de retirada dos conflitos e busca de consensos, revoluções pelo alto e tradição conciliatória, financiamentos privados de campanhas e sua lógica de funcionalidade que busca estruturar a política enquanto espaço do consenso, significa também, dentro do quadro analítico de Carlos Nelson Coutinho se apropriando de Gramsci para pensar a realidade brasileira, estabelecer um elo no qual a instituição do consenso na arena política é ratificada enquanto hegemonia da pequena política, visto que, a partir do momento em que diferentes propostas de sociedade são retiradas ou neutralizadas na arena política, estabelece-se a possibilidade de uma reflexão a partir da categoria da pequena política.

A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Mas, [...] é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações “normais”, a direita [...] impõe-se através desse consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxa de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão.

[...] Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e



assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010, p. 32-42).

Finalizamos nossas observações a partir de Carlos Nelson Coutinho, trazendo aquela que consideramos uma conclusão de sua base argumentativa da hegemonia da pequena política, a qual se parece com a ideia de uma “americanização da política”, ou seja, dois partidos que dominam o cenário político a partir da disputa no campo da pequena política sem grandes diferenças estruturais entre esses, ambos disputam a melhor posição enquanto gestor do Capital e garantidor de uma coesão social que lhe permita poucas turbulências. Este tipo de bipartidarismo ainda pode ser visualizado no Brasil entre a disputa dos blocos geridos pelo PT e PSDB, que, por exemplo, cumprem um papel semelhante nos métodos de governo, pactuados por cima, pouca participação popular, esvaziamento da “Sociedade civil” e cooptação, redução do espaço de gestão econômica ao tecnicismo e sua efetiva blindagem às possibilidades de tornar público e político os entornos dos mecanismos da economia de se estruturar socialmente. Ou seja, a política deixa de ser central. Dialogando com o livro *A era da indeterminação*, de Francisco de Oliveira e Cibeles Rizek (2007), significa dizer que a política passa a ser colonizada pela economia, perde seu caráter histórico que advém desde a tradição grega, que seria o espaço no qual a autonomia dos cidadãos pode inferir e reverter algumas tendências que se voltam contra o escopo social, logo qualquer desajuste no espaço político não pode interferir no movimento da economia, sendo que o inverso é a regra. Este é o caráter da indeterminação que leva ao processo de hegemonia da pequena política.

### 3.5 TEMPOS DE AVESSO

Adentrando no ensaio *Hegemonia às avessas*, de forma simplificada, esta significaria uma movimentação que remonta à conquista do espaço político de poder com vitória moral e intelectual por parte dos despossuídos que paradoxalmente favorecem os “de cima” fortalecendo as relações sociais de exploração. Ou seja, se o movimento de fortalecimento das lutas contra o capitalismo, de movimentações de esgotamento aparente das classes dirigentes à frente do Estado levam à vitória de Lula nas eleições de 2002, este, por sua vez, instrumentaliza a pobreza ao transformá-la em mera questão de gestão, despolitizando a luta contra a pobreza e desigualdades sociais, tudo se transforma em problema administrativo, de gestão e não de classe. Perde-se o conflito entre os antagônicos e com isso a possibilidade de uma maior

politização da “Sociedade civil” a fim de termos as camadas populares enquanto protagonistas de profundas mudanças nas estruturas políticas do país (OLIVEIRA, 2007).

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.

O conjunto de aparências esconde outra coisa, para a qual ainda não temos nome, nem talvez conceito. Mas certamente será nas pistas do legado de Antonio Gramsci, [...] que poderemos encontrar o caminho de sua decifração. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas à sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo da elaboração de Marx e Engels n'A Ideologia Alemã, que o pequeno grande sardo desdobrou admiravelmente. Está-se frente a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – [...] eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.

[...] o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 26-27).

Como resultado, temos uma renovação sem o novo, uma permanência e consolidação da lógica funcional do sistema político partidário, em que os jogos permanecem com as mesmas regras, mudando alguns atores, por exemplo, mas permanecendo suas estruturas inalteradas, como se tivesse agora um novo síndico que, ao assumir o lugar prometendo mudanças, busca nos seus antecessores uma aliança para gerir aquilo que lhe foi auferido, justamente enquanto contraposição do antigo. Resultado desta lógica conciliatória é o ressurgimento na estrutura política brasileira de figuras oriundas do polo derrotado politicamente, que são convidados a integrar as bases de situação, num claro sinal não mudancista.

Um dos resultados formidáveis da eleição, incluindo os pleitos para os estados e a renovação do Congresso, foi a salada das coligações e coalizões. Siglas de suposta orientação ideológica oposta se uniram, indiscriminadamente, com toda espécie de agrupamentos, incluindo os de salteadores. Traições abertas às próprias hostes foram a regra. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por exemplo, além de ser o maior sojicultor do mundo, é membro do PPS, Partido Popular Socialista, sigla herdeira do antigo Partido Comunista

Brasileiro. Ele apoiou Lula abertamente – enquanto seu partido fazia campanha por Geraldo Alckmin. Essa falta de consistência confirma a irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo. Irrelevância que é mais grave na periferia do que no centro. Os partidos representam pouco, e a política está centrada sobretudo nas personalidades. Sempre foi assim na tradição brasileira, mas, depois da criação dos partidos de massa – vale dizer, depois da criação do PT –, houve um período de forte valorização dos partidos (OLIVEIRA, 2007, p. 221-222).

É diante deste quadro que Francisco de Oliveira não enxerga qualquer possibilidade de mudanças a não ser a partir do surgimento de algo novo e por fora dessas estruturas que estruturam a institucionalidade política brasileira, em que o moderno e o arcaico se configuram num polo que é a sua própria condição de ser, amorfo, alheio às demandas populares, impossibilitado de grandes transformações e neutralizador de qualquer possibilidade de ruptura dessa lógica de funcionalidade. Esta é a simbiose do Brasil no século XXI, produto e produtor de sua própria ineficiência sistêmica, em que as soluções são transpostas daquilo que é mais arcaico na política brasileira, logo não há espaço para transformações ou reformas que estructurem a sociedade num desenvolvimento de longo prazo.

Aqui se ligam os ensaios de *Hegemonia às avessas* com os ensaios clássicos *Crítica à razão dualista* e *O ornitorrinco*. Tomando este último ensaio, significa recorrer à ideia original desenvolvida por Francisco de Oliveira (2003) que enxerga não uma dualidade, uma dicotomia binária entre arcaico e moderno, mas sim uma retroalimentação na qual o moderno se alimenta do atraso, e neste imbricamento não se rivalizam, mas se materializam, na provocação do autor é uma clara crítica ao modelo cepalino de dual-estruturalista que visualizava uma contradição dicotômica entre atraso e moderno. Não somos nem uma coisa nem outra e ao mesmo tempo somos esta junção, em suas provocações, um ornitorrinco, um animal de formação imperfeita, improvável e imaginável na linha graduada da evolução (OLIVEIRA, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que não existe consenso dentro da sociologia política brasileira acerca do que foram as manifestações de junho de 2013, o que existe é uma pluralidade de análises que tentam se debruçar acerca destes acontecimentos. Dito isso, uma das principais heranças desses acontecimentos se relaciona ao fato de a “Sociedade civil” brasileira voltar a ter um papel de protagonismo, a partir do qual as diversas organizações sociais e forças ideológicas, se organizam para defender os seus valores publicamente. Significa dizer que há um espaço aberto para os conflitos políticos onde esquerda e direita buscam se inserir e fazer a disputa de suas ideias e visões de mundo.

De forma geral, essa seria a primeira herança visível dos acontecimentos de junho de 2013, em que os espaços públicos voltam a ser palco de disputas e possibilidades de abertura de novos caminhos. Houve uma negação da estrutura política brasileira que é avessa à participação popular, como exposto nos capítulos deste trabalho. Nas manifestações de junho de 2013 havia um repúdio aos símbolos que estruturam a política institucional – bandeiras partidárias, sindicais, de organizações governamentais etc. Num país com uma tradição baseada na conciliação, onde nas últimas décadas não se identifica claramente o que é situação e oposição dentro da institucionalidade, onde oposição e governo se confundem diametralmente, ter este choque de negação de como se estrutura a política institucional poderia abrir novas possibilidades, novas experiências de protagonismo popular.

As manifestações de junho de 2013 possibilitam refletir sobre o surgimento, ou o aprofundamento, de novas formas de organização que passam por fora das formas tradicionais que estruturam a vida política. Um exemplo, a despeito da burocracia sindical, é o crescente número de greves que estão ocorrendo no Brasil. Acrescenta-se também o caráter pedagógico que algumas manifestações vêm assumindo ao ocupar espaços urbanos com intervenções culturais e aulas públicas. De certa forma, pode-se dizer que a sociedade civil brasileira emerge três décadas após um regime autoritário para pôr sob questionamento a própria ideia de representatividade.

Se a “sociedade civil” voltar a ter um papel de protagonismo, os desdobramentos daqui por diante são imprevisíveis, uma vez que estaria em jogo o surgimento de novas experiências organizativas ao largo da institucionalidade. Essas novas experiências podem levar à ampliação da participação popular nos debates acerca das principais questões políticas do país. No entanto, não está erradicada a possibilidade de novos arranjos institucionais que persistam na tradição

de blindagem da política à participação destes novos sujeitos. Assim, a resultante da tensão entre estas duas possibilidades históricas colocadas para a política brasileira a partir das manifestações de junho de 2013 permanecem indefinidas. Porém, é possível afirmar que é justamente a existência dessa polarização – ou pelo menos, a força que ela adquiriu a partir destes acontecimentos – que inaugura uma nova fase do pensamento das práticas políticas institucionais ou não.

Por ora, o que se pode afirmar depois de junho de 2013 é que estão abertas novas potencialidades em relação às formas pelas quais direitos são reivindicados no Brasil. As limitações da institucionalidade para atender a estas demandas foram expostas a partir das manifestações provocando rachaduras naquilo que Gramsci chamou de “estatolatria”, ou seja, no fetichismo de que o Estado é via idônea para produzir transformações sociais efetivas. Neste sentido, as manifestações de junho parecem apontar para uma ampliação da “sociedade civil” enquanto espaço privilegiado do debate político capaz de engendrar mudanças significativas na sociedade.

Para todos aqueles que contestam a tradição política brasileira de fortalecimento da institucionalidade, trata-se agora de investir na disputa de perspectivas sobre outras visões de mundo a partir da sociedade civil, tomando-a como local privilegiado da produção de novas sociabilidades. A política tradicional tende a buscar forças e formas de se reerguer para apaziguar os sintomas de junho de 2013, como é característico de sua funcionalidade, avessa às rupturas radicais. Uma das formas pelas quais isso pode acontecer é pelo reforço e renovação da presença de sujeitos advindos das lutas populares nos espaços institucionais, ao lado daqueles que sempre combateram o protagonismo popular.

Contraditoriamente ao cenário de possibilidades de irrupção que junho 2013 pode significar ao espaço da política no Brasil, apresenta-se também enquanto legado a capacidade das forças repressivas do Estado se renovarem abruptamente. Passado um ano das manifestações de junho de 2013, o que se viu durante o período da realização da Copa do Mundo no Brasil foi um aumento nos aparatos coercitivos, de vigilância e punição por parte das forças de polícia e do judiciário, como mostram as prisões de dezenas de manifestantes em suas residências, flagrados com cartazes que denunciavam os gastos com os megaeventos, ou mesmo as acusações de que suas ações políticas fazem parte do chamado crime organizado, como foi o caso de Camila Jordan, professora doutora em Filosofia e coordenadora da pós-graduação em Filosofia da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), acusada de integrar uma quadrilha “ao lado” de Bakunin, anarquista russo morto em 1876.

Por 13 dias, a professora universitária Camila Jourdan, 34, permaneceu em uma cela no complexo penitenciário de Bangu, na zona oeste carioca. Ela é uma das protagonistas do inquérito com mais de 2.000 páginas, produzido pela Polícia Civil do Rio, que, sob a classificação de “quadrilha armada”, responsabiliza 23 pessoas pela organização de ações violentas em protestos. [...] Por volta das 6h de 12 de julho, véspera da final da Copa, três policiais civis invadiram o apartamento da professora, que estava acompanhada pelo namorado, Igor D'Icarahy, 24, com mandados de prisão contra ambos<sup>30</sup> (Folha de São Paulo, 2014).

Esses acontecimentos se relacionam com as reflexões acerca da permanência das instituições montadas durante o regime burgo-militar, no que se refere aos aparatos coercitivos do Estado. Arantes afirma, neste sentido, que a renovação dos mecanismos de repressão advindos da ditadura é um dos grandes legados pós-junho de 2013. “O real legado da Copa será um *upgrading* dos aparelhos coercitivos”, um aperfeiçoamento ainda maior dos Centros de Inteligência dos órgãos do Estado e suas “inovações de gestão”, como dizem as autoridades encarregadas de violar das mais diversas formas os direitos civis (ARANTES, 2014).

Estes exemplos mencionados acima possibilitam a compreensão de como no Brasil os processos de mudança advindos da institucionalidade seguem um sentido regressivo daquilo que lhes é cobrado em momentos de ebulição social. Aqui, a dialética segue um sentido negativo, um novo-arcaico, em que as respostas vão sempre no sentido às avessas, como mecanismo que estrutura a manutenção de uma ordem política e que se blindava ainda mais em períodos como o vivenciado em junho de 2013. É neste sentido que parecem prematuras as afirmações de junho de 2013 enquanto marco de um novo tempo para o espaço da democracia brasileira. Não importa o quanto isso seja efetivamente desejável, a tensão colocada ainda não apresenta uma resultante ou tendência clara.

Insiste-se, portanto, na chave explicativa que essa tensão pode se tornar um rompimento histórico significativo, mas que ainda não é possível tal afirmativa, sobretudo se forem levadas em consideração as reflexões do redimensionamento das práticas repressivas próprias do período ditatorial. É certo que as análises produzidas neste trabalho não esgotam – e nem pretendem esgotar – a discussão sobre a emergência da sociedade civil e seus desdobramentos no período histórico a partir de junho de 2013. No entanto, é possível tomá-las como trecho inicial de um percurso que propicia novas incursões pela sociologia política brasileira que se ocupa em problematizar a história do presente, sem, com isso, realizar prognósticos acerca do

---

<sup>30</sup> Sobre este acontecimento, ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1492074-acusada-de-articular-atos-violentos-professora-diz-que-inquerito-e-ficcao.shtml>>.

futuro. Tratou-se, tão somente, de um esforço em mapear possibilidades históricas colocadas a partir de junho de 2013.

Para isso, priorizou-se algumas interpretações em cima de alguns momentos que marcam a história política brasileira pós-ditadura burguesa-militar no Brasil de 1964.

Mesmo com os limites que os estudos iniciais permitem concluir, é verificável que ao passo que novos ventos de insurgências vão soprando com as manifestações de junho no Brasil, ante os problemas colocados pelo modelo de democracia em curso e os pacotes de austeridade para conter a crise do sistema capitalista, é preciso refletir e aprofundar os estudos sobre o sistema de representação política em suas conformidades e funcionalidades a partir dos pactos conciliatórios e “transformações” pelo alto. Espera-se, com isso, ter dado passos iniciais que possibilitem instrumentalizar o pensamento e a prática voltados para a superação dos entraves ao protagonismo popular em direção a mudanças significativas da realidade política e social do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. *Compra de votos nas eleições de 2006, corrupção e desempenho administrativo*. Transparência Brasil. São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (Org.). *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Diretório Nacional do PT; Fundação Perseu Abramo, 1998.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARANTES, Paulo E. *Extinção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. Coleção Estado de Sítio. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Henrique S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David (Org.). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

COUTINHO, Carlos N. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.



DANTAS, Humberto, MARTINS JUNIOR, José P. *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

DANTAS, Ibarê. *Eleições em Sergipe (1985-2000)*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2002.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Que tipo de República?* São Paulo: Globo, 2007.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. Tradução Álvaro Hatnher. São Paulo: Unesp, 1996. 296p.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6, 2002.

HARVEY, David (Org.). *A produção capitalista do espaço*. Annablume Editora: São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

LEMOES, Leany Barreto; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. *Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006*. Revista Opinião Pública, Campinas, v. 16, n. 2, 2010, p. 366-397.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: Lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto,

2011.

MENEGAT, Marildo. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979 – 1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco A. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

\_\_\_\_\_. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos N.; NOGUEIRA, Marco A. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

NORDMANN, Charlotte. *Bourdieu/Rancière*. La política entre sociologia y filosofía. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010.

NOVAES, Adauto. (Org.) *O esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Capitalismo e política: um paradoxo letal*. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.S. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *El ódio a la democracia*. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. “Apresentação. Depois do desmanche”. In: RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ROIO, Marco del. Prefácio. In: PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial: Carta Maior, 2013.

RUBIO, Delia Ferreira. *Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados*. Revista Novos Estudos. n. 73, 2005.

RUBY, Christian. *Rancière y lo político*. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

SAAD FILHO, A. *Reflexões sobre a crise do neoliberalismo*, Versus 1, 2009.

SAAD FILHO, A.; JOHNSTON, D. *Neoliberalism: a critical reader*, Londres: Pluto Press, 2005.

SAAD FILHO, A.; YALMAN, G. *Neoliberalism in middle income countries: Policy Dilemmas, Economic Crises, Forms of Resistance*. Londres: Routledge, 2010.

SECCO, Lincoln. *História do PT 1978 – 2010*. Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2011.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, Marcelo (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: \_\_\_\_\_. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VITULLO, G. E. *O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea*. In: Tomo. *Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Universidade Federal de Sergipe. Ano X, São Cristóvão/SE, NPPCS/UFS, n. 10 jan/jun. 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo

Editorial, 2011.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

JORNAL COMUNICAÇÃO. Disponível em:

<<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/jornal/?p=17349>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

JORNAL FOLHA PAULISTANA. Disponível em:

<<http://www.folhapaulistana.com.br/2014/05/manifestacoes-no-brasil-hospitais-escolas-e-transporte-padrao-fifa-vira-tema-de-protesto/>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1492074-acusada-de-articular-atos-violentos-professora-diz-que-inquerito-e-ficcao.shtml>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

LATINOBARÔMETRO. Disponível em: <[www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)>. Acesso em: 4 jul. 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

NE NOTÍCIAS. *Deputado de SE teve ajuda de empresa dos pardais*. Disponível em:

<<http://www.nenoticias.com.br/lery.php?var=1300631329>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

NE NOTÍCIAS. *Edvaldo recebeu ajuda de empresa dos radares nas eleições*. Disponível em:

<<http://www.nenoticias.com.br/lery.php?var=1300795865>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. *ÀS CLARAS. Prestações de contas eleitorais*. Disponível em:

<[www.asclaras.org.br/2002/index.hph?caoffset=0&DOoffset=&enviar=Enviar&cargo=2&partido=-1&estado=26&ano=2002](http://www.asclaras.org.br/2002/index.hph?caoffset=0&DOoffset=&enviar=Enviar&cargo=2&partido=-1&estado=26&ano=2002)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. *ÀS CLARAS. Prestações de contas eleitorais*. Disponível em:

<[www.asclaras.org.br/2006/index.php?CAoffset=0&DOoffset=&enviar=Enviar&cargo=7&partido=-1&estado=26&ano=2006](http://www.asclaras.org.br/2006/index.php?CAoffset=0&DOoffset=&enviar=Enviar&cargo=7&partido=-1&estado=26&ano=2006)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. *Compra de votos nas eleições de 2006, corrupção e desempenho administrativo*. Disponível em:

<[www.transparencia.orb.br/docs/compravotos2006.pdf](http://www.transparencia.orb.br/docs/compravotos2006.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Prestação de contas*. Disponível em:

<[www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes\\_anteriores.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_anteriores.htm)> Acesso em: 4 jul. 2012.